

FAMÍLIA, INSURGÊNCIAS E CONTRAVENÇÕES

MEMÓRIA E HISTÓRIA DE LUIZ GAMA NA BAHIA*

Lisa Earl Castillo¹ 

Pesquisadora Independente

Wlamyra Albuquerque² 

Universidade Federal da Bahia

Na lista de personagens históricos que mais mobilizam gerações de pesquisadores, certamente Luiz Gama ocupa lugar de destaque. Gama tem sido celebrado, desde o século XIX, como o abolicionista negro de maior atuação no Brasil escravista. Sua saga é geralmente narrada num roteiro romântico, que molda os grandes heróis nacionais, por ter atuado em defesa de princípios como liberdade e igualdade de direitos para a população negra, quando o escravismo ainda estruturava a sociedade brasileira, e por ter enfrentado senhores poderosos, apesar de reiteradas ameaças. Do menino escravizado pelo próprio pai ao líder insubmisso e antiescravista, há uma longa história que ilumina não só sua trajetória individual, mas os caminhos mais amplos das lutas pelo fim do escravismo no Brasil. Mesmo sendo o abolicionista e poeta negro mais lembrado, no rarefeito panteão dos grandes personagens negros da nossa história, ainda há muitas lacunas biográficas, sobretudo em relação a sua infância.

Isto não quer dizer que tenham faltado esforços para preencher os espaços vazios. Estudiosos obstinados têm revirado registros cartoriais,

* Agradecemos ao grupo de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade pelos comentários sobre uma versão inicial deste texto, a João José Reis e Sílvia Hunold Lara, interlocutores importantes desde o início desta pesquisa; aos pareceristas anônimos da *Afro-Ásia*, pelas leituras cuidadosas; a Hendrik Kraay, Urano de Andrade e Mariza de Carvalho Soares, pelas fontes compartilhadas; a Mariângela Nogueira, pela revisão do português; e a Felipe Peixoto Brito, que gentilmente compartilhou vários documentos encontrados no decorrer de suas pesquisas sobre a ilha de Itaparica.

1 Doutora em Letras pela UFBA.

2 Doutora em História Social, Professora Associada, Departamento de História, UFBA.

textos literários, debates tensos na imprensa, diários e cartas em busca de informações sobre Luiz Gama em Salvador, sem sucesso. Por isso, até agora o foco tem sido nos acontecimentos depois do embarque no navio em direção ao futuro de lutas no sudeste cafeeiro, forjando-o como herói predestinado a cumprir seu destino longe do nordeste açucareiro.³ Contudo, se a a imagem da criança nascida livre mas recém-escravizada, que se distanciara de sua cidade natal talvez possa ser cinematográfica, ela produz um lapso histórico, que nos priva do entendimento de sua trajetória e de sua família na rede escravista que se estendia entre as principais cidades portuárias do Brasil: Salvador, Rio de Janeiro e Santos.

Os estudos sobre a vida de Gama, em geral, partem das informações registradas na famosa carta que ele escreveu para Lúcio de Mendonça, outro abolicionista, em 25 de julho de 1880.⁴ Não é para menos. Como bem interpretou Lígia Ferreira, “o missivista ponderou bem as palavras endereçadas não só ao futuro biógrafo, como à posteridade, ao projetar uma dimensão histórica aos menores fatos da sua vida, inclusive à origem sócio racial”.⁵

- 3 Entre os estudos sobre a trajetória de Luiz Gama ver: Sud Mennucci, *O precursor do abolicionismo no Brasil, Luiz Gama*, São Paulo: Editora Nacional, 1938; Lígia Fonseca Ferreira, *Lições de resistência: artigos de Luiz Gama na imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro*, São Paulo: Edições SESC, 2020; Elciene Azevedo, *Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*, Campinas: Editora Unicamp, 1999; Ana Flávia Magalhães Pinto, *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*, Campinas: Editora Unicamp, 2018; Eduardo Antonio Estevam Santos, “Luiz Gama, um intelectual diaspórico: intelectualidade, relações étnico-raciais e produção cultural na modernidade paulistana (1830-1882)”, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014 [↗](#); Diego Molina, “Luiz Gama: a vida como prova inconcussa da história”, *Estudos Avançados*, v. 32, n. 92 (2018), pp. 147-165, [↗](#); Bruno Rodrigues de Lima, *Luiz Gama contra o Império: A luta pelo direito no Brasil da Escravidão*, São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.
- 4 O original da carta está no acervo da Biblioteca Nacional: Luiz Gama, “Carta a Lúcio de Mendonça”, Seção de Manuscritos, I-2, 11, 018. Tem sido publicada várias vezes, por Sud Mennucci, Lígia Fonseca Ferreira e outros pesquisadores, entre eles Bruno Rodrigues de Lima, cuja versão citaremos neste texto: Luiz Gama, “Carta a Lúcio de Mendonça”, 25 jul. 1880, in Lima, Bruno Rodrigues (org.), *Luiz Gama, obras completas*, v. 8, *Liberdade, 1880-1882* (São Paulo: Hedra, 2021), pp. 59-68, [↗](#).
- 5 Lígia Fonseca Ferreira, “De escravo a cidadão: Luiz Gama, voz negra no abolicionismo” in Maria Helena P. T. Machado e Celso Castillo (orgs.), *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição* (São Paulo: Edusp, 2015), pp. 213-236.

O próprio Gama estava ciente do alcance do que escrevia naquela correspondência destinada a ser pública. Já nas primeiras linhas, ele justificava que não poderia negar o pedido de contar sua história a seu caro amigo Lúcio; preferia “ser acoimado de [censurado por] ridículo, por referir verdades pueris, do que de vaidoso e fátuo, pelos ocultar, de envergonhado”.⁶

Por tratar-se de uma narrativa autobiográfica, faz sentido conferir a veracidade das informações que o autor fornece e até supor estratégias políticas no que foi ocultado. Na busca por registros históricos e mesmo para o entendimento dos silêncios autobiográficos, Diego Molina já nos avisou que “quem quiser achar documentos ou registros sobre tudo o que é mencionado na carta de Gama, poderá encontrá-los”, acrescentando, no entanto, que “só a sua infância e a existência da mãe ficam sujeitas à sua própria voz”.⁷ Na verdade, a carta dá vários detalhes sobre o pai também, apesar de omitir seu nome. Para Sud Mennucci, com esse silêncio, o abolicionista criava uma cortina de fumaça em torno de sua vida na Bahia, o que leva esse autor a sugerir que Gama tivesse trocado “não apenas o nome de família, mas também o próprio prenome”.⁸

Não houve troca de sobrenome, tampouco de nome de batismo. O sobrenome do pai era Pinto da Gama mesmo. Chegamos a essa descoberta por meio da análise de uma série de documentos. No acervo do Arquivo Público da Bahia encontramos escrituras de vários imóveis na Rua do Bangla, de propriedade de Antônio Agostinho Carlos Pinto da Gama, todos herdados de uma tia, Maria Rosa de Jesus, e vendidos entre 1837 e 1840.⁹ Além do vendedor ter o sobrenome idêntico àquele usado por Luiz Gama e de as propriedades estarem na rua onde este disse

6 Gama, “Carta”, p. 60.

7 Molina, “Luiz Gama”, p. 156.

8 Mennucci, *O precursor do abolicionismo*, p. 36.

9 Todas as escrituras encontradas em nome de Antonio Agostinho Carlos Pinto da Gama são de imóveis na Rua do Bangla. No acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), constam as seguintes escrituras em nome dele: Livro de Notas (LN) 256, fls. 52v-53v e fls. 84v-85v (28 set. 1837 e 2 mar. 1838); LN 257, fls. 225-225v (16 dez. 1837); LN 261, fls. 96v-97 (19 out. 1837); LN 262, fls. 85v-86v (27 fev. 1839); LN 268, fls. 183-183v, 230v-231v (21 mai. 1840 e 5 nov. 1840).

que nasceu, outro detalhe fundamental é a referência à tia do vendedor. Pois na carta autobiográfica, Gama afirmou que o patrimônio do progenitor viera de uma tia.¹⁰ Em seguida, localizamos o testamento de Maria Rosa de Jesus, redigido em 1837. Solteira e sem filhos, a testadora instituiu como herdeiro universal o sobrinho, Antonio Agostinho Carlos Pinto da Gama. Além de seus imóveis na Rua do Bangla, Maria Rosa tinha duas cativas nagôs e fez menção especial a uma, chamada Luiza, cujo filho, “de nome Luiz Gonzaga Pinto da Gama [...] é livre de toda a escravidão como se assim nascesse”.¹¹ Não cabe a menor dúvida. O menino era o próprio Luiz Gama e a mãe mencionada pela testadora era Luiza Mahin.

Utilizando como ponto de partida a carta de Luiz Gama para Lúcio de Mendonça – como o fizeram tantos outros – e cotejando suas informações com os dados que constam nos novos documentos que encontramos, desenhamos um retrato da infância de Luiz Gama na Bahia até seu embarque para o Rio de Janeiro, analisando a família paterna, a trajetória da mãe e o ambiente social e político em que viviam. Antes de tudo, nosso trabalho fornece uma base empírica que contribui para dar maior consistência historiográfica à vida daquele que se tornou um símbolo da luta antiescravista, mas a documentação encontrada também possibilita problematizar a produção da memória histórica em torno de Luiz Gama e de sua mãe.¹² Daí a importância de prestarmos atenção à intrincada relação entre a trajetória de Gama, sua inserção nas estratégias do movimento abolicionista no Brasil do século XIX e a atual produção de sentidos sobre a história de um homem negro e de sua mãe.

10 Gama, “Carta”, p. 62.

11 APEB, Livro de Testamentos 25, fl. 64v, Testamento de Maria Rosa de Jesus, 28 jun. 1837. Quando este texto estava no prelo, nosso trabalho foi noticiado na imprensa, o que fez com que os achados fossem publicizados: João Pedro Pitombo, “Documentos inéditos iluminam origem de Luiz Gama e elo com Luiza Mahin”, Folha de São Paulo, 27 jul. 2025, [📄](#) Essa fato levou o Arquivo Público do Estado da Bahia a disponibilizar o testamento online: “Registro de Testamento”, APEB, 11 ago. 2025. [📄](#)

12 Essa questão tem sido um foco central do trabalho de uma de nós. Cf. Lisa Earl Castillo, “Entre memória, mito e história: viajantes transatlânticos da Casa Branca” in João José Reis e Elciene Azevedo (orgs.), *Escravidão e suas sombras* (Salvador: Edufba, 2012), pp. 65-110.

São temporalidades distantes, mas conectadas às lutas pela cidadania negra no Brasil, num primeiro momento durante as disputas e projetos para a extinção do tráfico e do escravismo nas Américas, que ganharam dimensões profundas nessa porção tropical do Mundo Atlântico; num segundo, a construção de memórias e símbolos negros para o enfrentamento do racismo nos séculos XX e XXI. É ciente do peso dessa tarefa que começamos o nosso texto analisando as evidências em torno da mãe de Gama, Luiza Mahin. Inicialmente um vulto desenhado pela pena de Gama, se tornou uma personagem legendária nos movimentos sociais, especialmente no feminismo negro.¹³

Luiza Nagô-Mahin

Nos movimentos sociais, as narrativas em torno de Luiza Mahin vêm crescendo, estimulando um renascimento de sua personagem como símbolo da atuação da mulher negra no Brasil escravista. Não é para menos. Contada como uma saga, à mãe de Luiz Gama tem sido atribuída uma história épica, o que ganhou aval oficial em 2019, quando Luiza Mahin entrou no Livro de Heróis da Pátria, sinalizando sua importância no imaginário contemporâneo. Contudo, salvo as enigmáticas informações fornecidas pelo filho, evidências sobre sua trajetória têm sido vagas.¹⁴ Ao falar da progenitora, Gama disse ser “filho natural de uma negra,

13 Ver, por exemplo, Aline Najara da Silva Gonçalves, *Luiza Mahin: uma rainha africana no Brasil*, Rio de Janeiro: CEAP, 2011; Dulcilei da Conceição Lima, “Desvendando Luiza Mahin: um mito libertário no cerne do feminismo negro”, Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011 ; Maria Inês Freitas de Amorim, “A trajetória de Kehinde e a ficcionalização da biografia de Luísa Mahin”, texto apresentado no seminário Fazendo Gênero 12 (UFSC, 2021) ; Letícia Rocha, “Luiza Mahin, mãe, mulher, rebelde e libertária”, *Revista Mosaico*, v. 16 (2023), pp. 72-81, ; Ana Maria Gonçalves, *Um defeito de cor*, Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

14 Amorim, “A trajetória de Kehinde”, p. 4; Ana Lucia Araujo, “Dandara e Luiza Mahin não são reais”, *Intercept Brasil*, 3 jun. 2019 

africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação), de nome Luíza Mahin”.¹⁵ No século XIX, ser de nação nagô significava ter origem em alguma parte do território iorubá, dividido em diversos reinos e regiões. Mas o “sobrenome” Mahin tem levado alguns autores a supor que Luiza fosse *mahi*, povo da região ao norte do reino do Daomé cuja língua faz parte do tronco linguístico *gbe*, distinto do idioma iorubá.¹⁶ Bastante explorados pelo tráfico de escravizados no século XVIII, até o início do século XIX os mahis constituíam o subgrupo mais numeroso de uma nação africana que na Bahia era chamada de jeje e que deu nome a uma importante vertente ritual do candomblé, o jeje-mahi. Os mahis também constituíam um importante componente da população africana do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, lá denominados *mina-jejes* ou *maquis*.¹⁷

A ideia de que Luiza fosse dessa região, porém, destoa com a nação nagô atribuída a ela pelo próprio filho.¹⁸ Bem mais provável é que o “sobrenome” fosse uma alusão à pequena e pouca conhecida região iorubá chamada justamente Mahin. Localizada a leste de Lagos,

15 Lei n.º 13.816 de 2019 [↗](#); Gama, “Carta”, p. 61.

16 Para Dulcilei da Conceição Lima, a suposição sobre a nação jeje de Luiza Mahin tomou forma na produção feminista dos anos 1980, ganhando mais espaço por meio do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves. Cf. Lima, “Desvendando Luiza Mahin”, pp. 68-70, 83-84, 90-92, 104-105, 115.

17 Sobre os termos nagô e mahi, ver Robin Law, “Ethnicity and the Slave Trade: ‘Lucumi’ and ‘Nago’ as Ethnonyms in West Africa”, *History in Africa*, v. 24 (1997), pp. 208, 213-215 [↗](#); Luis Nicolau Parés, *A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*, Campinas: Editora Unicamp, 2006, pp. 38-40; e Mariza de Carvalho Soares, “A convivência dos povos gbe do século XVI ao século XVIII” in Aldair Rodrigues, Ivana Stolz Lima e Juliana Barreto Farias (orgs.), *A diáspora mina: africanos entre o golfo do Benim e o Brasil* (Rio de Janeiro: Nau Editora, 2020), pp. 99, 101-102, 106-113, 116-119.

18 Para Luis Nicolau Parés é plausível que um nagô fosse identificado também como mahi, já que a região dos mahis inclui algumas populações iorubás, desde pequenos enclaves até os antigos e conhecidos reinos de Dassa e Sabe, (Salvador, comunicação pessoal de Luis Nicolau Parés às autoras, 13 dez. 2024). Nos parece pouco provável, porém, que Luiz Gama tenha descrito a mãe como mahin se fosse de Dassa ou Sabe, muito conhecidos entre os nagôs. Menos provável ainda é que ela nascesse num menor enclave iorubá da região, pois a maioria destas comunidades surgiu com a chegada de refugiados deslocados pelas guerras iorubás do século XIX, portanto posterior ao nascimento de Luiza. Cf. Biodun Adediran, *The Frontier States of Western Yorubaland*, Ibadan: IFRA-Nigeria, 1994, pp. 28-30, 48-50, 126, [↗](#); E.G. Parrinder, *The Story of Ketu*, Imeko: African University Institute, 2005, pp. 44-49.

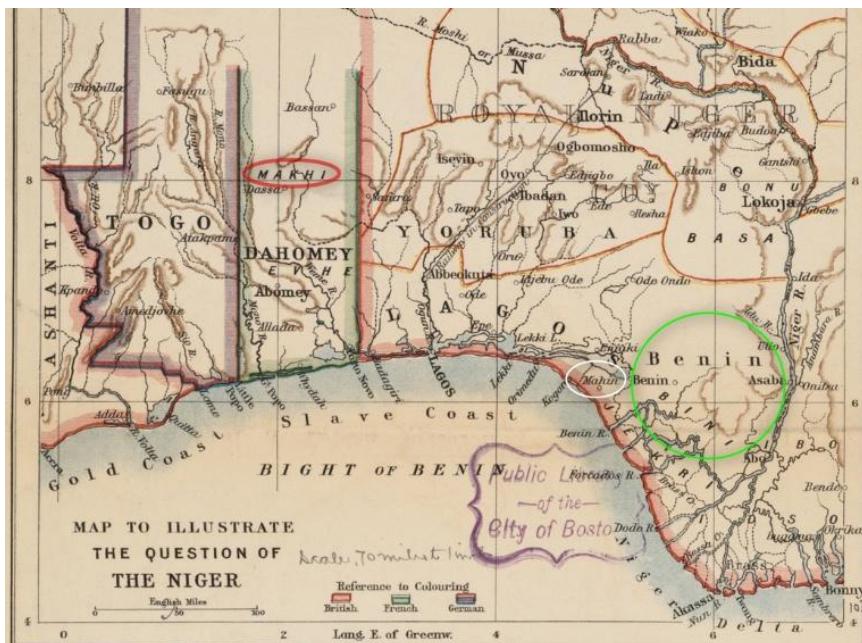
na margem de uma grande laguna, Mahin é uma terra de pântanos e manguezais conectados por inúmeros rios e riachos. A principal ocupação do povo era a pesca, que também formava a base alimentar e marcou a religiosidade local, dando importância central a orixás das águas fluviais e salgadas.¹⁹ Apesar de ser cultural e linguisticamente iorubá, Mahin era dominada politicamente por seus vizinhos à leste, os binis. Organizados num poderoso estado, grafado Benin pelos primeiros navegantes europeus, que visitavam o reino à procura de marfim, cativos e outros produtos lá encontrados à venda.. Por isso, a grande baía que dava acesso ao reino passou a ser conhecida como o Golfo do Benim.²⁰ Na Bahia, as nações *bini* e *benim*, que aparecem com certa frequência nos registros de batismo de africanos, designavam pessoas que embarcaram em portos próximos àquele reino.²¹ Nada têm a ver com a atual República do Benin, cujo nome surgiu séculos depois, na década de 1970, quando o recém-independente país do Daomé mudou de nome, apropriando-se do nome do golfo (Figura 1).

19 Toyin Falola, “Coastal Yorubaland: Habitability, Inhabitation, and Inheritances”, *Yoruba Studies Review*, v. 2 n. 1 (2017), pp. 17-43, [↗](#); Insa Nolte e Olukoya Ogen, “Views from the Shoreline: Community, Trade and Religion in Coastal Yorubaland and the Western Niger Delta”, *Yoruba Studies Review*, v. 2 n. 1 (2017), pp. 1-16, [↗](#); Ikuebude Ajigbade, “The Ugbo-Mahin Conflict and its Implications for Social Development in Ilaje Society”, Tese (Doutorado em African Studies), University of Ibadan, Ibadan, 2012, pp. 91-93, 138-54 [↗](#).

20 J. F. C. Ryder, “An Early Portuguese Trading Voyage to the Forcados River”, *Journal of the Historical Society of Nigeria*, v. 1, n. 4 (1959), p. 294, [↗](#); Robin Law, “Trade and Politics behind the Slave Coast: The Lagoon Traffic and the Rise of Lagos, 1500-1800”, *Journal of African History*, v. 24, n. 3 (1983), pp. 321-348, [↗](#); Marcus J. M. Carvalho, “Trabalho, cotidiano, administração e negociação numa feitoria do tráfico no Rio Benim em 1837”, *Afro-Ásia*, n. 53 (2016), pp. 230-232, [↗](#).

21 Arquivo da Cúria Municipal de Salvador (ACMS), Freguesia da Conceição da Praia, Batismos 1793-1805, fl. 266, *Maria, nação Benin*, 28 nov. 1802; *Batismos 1824-1834*, fl. 189, *Maria Benin*, 24 jun. 1829; Freguesia de Nazaré, Batismos 1833-1845, fl. 5v. *Maria, filha de Antonia, nação Bini*, 8 dez. 1833.

Figura 1: Os mahis e mahins na região do Golfo do Benin, num mapa colonial de 1898



A região dos mahis, aqui grafado *makhi* (oval vermelho), fica ao norte de Abomey, capital do reino do Daomé, e foi colonizada pelos franceses. Mais para a leste, a terra dos mahins (oval branco) e o Reino do Benin (oval verde) foram conquistados pelos ingleses. Adaptado de *Map to Illustrate the Question of the Niger River* (1898).

Fonte: Public Library of the City of Boston, EUA, 

O acesso a Mahin se dá através de um riacho visitado pelos portugueses no século XV e considerado por eles como um dos cinco “rios de escravos” da região, que também incluía o Rio Benin. Contudo, diferente do reino do Benin, Mahin não interessava aos comerciantes europeus.²² O primeiro relato a descrevê-la em detalhe é de 1825, de um capitão inglês que estava a caminho do reino do Benin quando esbarrou no litoral de Mahin.²³ Apesar de não fazer parte da rota comercial europeia, Mahin ainda

22 Ryder, “An Early Portuguese Trading Voyage”, p. 294; Law, “Trade and Politics”, p. 322.

23 Marie-Armand D’Avezac, *Notice sur le pays e le peuple des Yébous em Afrique*, Paris: Librairie Orientale, 1845, pp. 26-27; James Fawckner, *Travels on the Coast of Benin, West Africa*, London: Schloss, 1837, pp. 4-24. Um dos tripulantes de Fawckner era um

era vitimizado pelo tráfico negreiro, atestado pelas tradições orais que se referem a compra e venda de seres humanos.²⁴ O caso de um contemporâneo de Luiza Mahin, Osifekunde, é ilustrativo. Na volta de uma viagem a Lagos, foi sequestrado por piratas ijos e levado para Warri, um porto ali perto, onde foi vendido a traficantes brasileiros.²⁵

Na organização do tráfico brasileiro à época, o lugar de embarque de Osifekunde era fora do comum, porque os portos próximos ao reino do Benin já não tinham a importância de outrora. No século XVIII, Ajudá (Uidá) se constituiu como o maior porto negreiro da Costa da Mina, superado no século XIX por Lagos. Os cativos oriundos das regiões dominadas pelo Benin passaram a ser encaminhados pela laguna até Lagos e de lá embarcados para escravidão atlântica.²⁶ É muito provável que Luiza Mahin tenha partido de Lagos, como milhares de outros nagôs que aportaram na Bahia.

Lembremos que na memória do filho, Luiza Mahin era “africana livre”.²⁷ Eis uma informação intrigante. Elciene Azevedo há muito alertou que “não há como saber com certeza qual o significado que Luiz Gama conferia a este termo”.²⁸ No imaginário popular, o africano livre era frequentemente confundido com o africano liberto, mas Luiz Gama tinha anos de experiência com processos de liberdade e sabia muito bem a diferença. Ambos fizeram a travessia atlântica em navios negreiros, mas o africano liberto era aquele que,

liberto natural do Reino de Benin que tinha sido escravo no Brasil, o que evidencia a inserção da região no tráfico luso-brasileiro.

24 Olukoya Ogen, “The Slave Trade and its Abolition in the Ikale-Yoruba Country, 1650-1890”, *Lagos Historical Review*, v. 9 (2009), pp. 68-82, 10.4314/lhr.v9i1.48058; Oluwafunmini Raheem e Mike Famiyesin, “Controlling the Boundaries of Morality: The History and Powers of Ayelala Deity”, *Yoruba Studies Review*, v. 2, n. 1 (2017), pp. 231-237, [✉](#).

25 Aderivaldo Ramos de Santana, “A extraordinária odisséia do comerciante ijebe que foi escravo no Brasil e homem livre na França (1820-1842)”, *Afro-Ásia*, n. 57 (2018), pp. 23-25, [✉](#); Carvalho, “Trabalho”, pp. 24-25.

26 Fawckner, *Travels*, pp. 101, 107, 108, 109; Law, “Trade and Politics”, p. 345; Frederick Forbes, *Dahomey and the Dahomans, Being the Journal of Two Missions to the King of Dahomey*, v. 1, London: Longman, 1851, p. 9; Pierre Verger, *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2021, pp. 329-332.

27 Gama, “Carta”, p. 61.

28 Azevedo, *Orfeu de Carapinha*, p. 36.

depois de ser escravizado, acabou se alforriando, geralmente por auto compra. Já o africano livre era aquele que foi resgatado antes de ser vendido como escravo pelas autoridades que combatiam o tráfico ilegal, segundo os termos de vários tratados assinados entre a Grã-Bretanha e o Brasil entre 1810 e 1826.²⁹

Os primeiros acordos visavam apenas limitar o tráfico africano às possessões portuguesas, todas abaixo da linha do equador, mas o último, de 1826, manteve essa proibição regional e condicionou o reconhecimento britânico da independência brasileira à extinção total do tráfico atlântico até o fim de 1830.³⁰ O tratado de 1826 desencadeou um corre-corre no mercado escravagista. Entre 1826 e 1830, na Cidade da Bahia aportaram quase sessenta mil cativos africanos.³¹ Só na freguesia da Conceição da Praia foram batizados mais de quinhentos africanos escravizados.³² A grande maioria era nagô, vindo justamente da região interdita.³³ Não há dados sobre o batismo de africanos para o resto da cidade nesse intervalo de *boom* escravista, mas decerto o total chegava a quatro mil ou mais. A população da freguesia de Santana, onde Maria Rosa de Jesus morava e Luiz Gama nasceu, era três vezes maior que a da Conceição.³⁴ É provável

29 Sobre os tratados ver, por exemplo, Leslie Bethell, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*, Brasília: Senado Federal, 2002, pp. 28-84 ; e Verger, *Fluxo e refluxo*, pp. 342-343, 348-349, 359-363. Sobre africanos livres, ver, entre outros, Beatriz Mamigonian, *Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2017; e Afonso Florence, “Entre o cativo e a emancipação: a liberdade dos africanos livres no Brasil, 1818-1864”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002, .

30 Bethell, *A abolição do tráfico*, pp. 28-84; Verger, *Fluxo e refluxo*, pp. 342-343, 348-349, 359-363; Paulo Cesar Oliveira de Jesus, “Mantendo o curso: restrições, subterfúgios e comércio da escravatura na Bahia, 1810-1817”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017, pp. 61-68 .

31 João José Reis, “‘Por sua liberdade me oferece uma escrava’: alforrias por substituição na Bahia, 1800-1850”, *Afro-Ásia*, n. 57 (2021), pp. 242-246, .

32 Baseado nos cálculos de Manoel Dendê Bus, vigário da freguesia: ACMS, Conceição da Praia, Batismos 1834-1844, fl. 1v, *Movimento classificado dos atos batismais* (1834).

33 Reis, “Por sua liberdade”, p. 241; Lisa Earl Castillo, “A ‘nação ketu’ em contexto histórico: subgrupos iorubás na Bahia oitocentista” in Lucilene Reginaldo e Roquinaldo Ferreira (orgs.), *África, margens e oceanos: perspectivas da história social* (Campinas: Editora Unicamp, 2021), pp. 285, 287.

34 Estimativa baseada em dados do recenseamento de 1872 apresentados em Kátia de Queirós Mattoso, *Família e sociedade na Bahia do Século XIX*, Salvador:

que o número de cativos africanos lá batizados nesse intervalo fosse proporcionalmente maior, provavelmente uns mil e quinhentos.

De acordo com os tratados, os ingleses faziam o patrulhamento do tráfico ilegal nas águas africanas, mas no território brasileiro a responsabilidade era das autoridades locais, que na prática faziam vistas grossas à chegada de tumbeiros.³⁵ Até meados de 1830, de um total de 85 navios da praça da Bahia capturados, apenas dois foram tomados em território nacional e levados ao Rio de Janeiro para julgamento, com todos os cativos a bordo. A partir de 1831, o número de apreensões no Brasil aumentou, mas foi uma gota no oceano. Até 1851, quando o Brasil se retirou definitivamente do tráfico atlântico, em torno de onze mil africanos tinham sido classificados como livres pelo governo brasileiro, mas cerca de 800 mil foram clandestinamente desembarcados e vendidos como escravos, sem intervenção das autoridades.³⁶ Esse fato não escapou da atenção dos abolicionistas, especialmente Luiz Gama. Numa carta aberta publicada num jornal paulistano em 1869, Gama denunciava a ilegalidade do cativeiro daqueles que “entraram nos portos do Brasil, vindos de fora”, em flagrante “escárnio” da lei: “o tratado solene de 23 de novembro de 1826; a lei de 7 de novembro de 1831 e o decreto de 12 de abril de 1832”.³⁷ Ao identificar a mãe como africana livre, Gama apontou para a inserção de sua própria família na trama perversa do tráfico clandestino. Não é por acaso que, como Elciene Azevedo demonstra, denúncias ao tráfico ilegal foram recorrentes na sua atuação nos tribunais como advogado provisionado em processos de liberdade.³⁸

Corrupio, 1988, p. 25.

35 Verger, *Fluxo e refluxo*, pp. 878-887.

36 Mamigonian, *Africanos livres*, pp. 19-20, 41-45, 65-66, 123, 487 n. 46, 567-568; Jesus, “Mantendo o curso”, pp. 71-73.

37 Luiz Gama, “Carta ao comendador José Vergueiro”, in Ferreira (org.), *Lições de resistência*, p. 112; Câmara de Deputados do Brasil, *Coleção de Leis do Império do Brasil - 1832*, v. 1, p. 100, .

38 Elciene Azevedo, *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo*, Campinas: Editora Unicamp, 2010, pp. 95-146; Azevedo, *Orfeu de Carapinha*, p. 37. Apesar de não ter cursado uma faculdade de direito, nos anos 1860 Gama obteve uma provisão que o autorizava a atuar na área de advocacia. Cf. Ferreira (org.), *Lições de resistência*, p. 151, n. 47.

Contudo, não se sustenta a ideia de que Luiza fosse africana livre no sentido de ter chegado num navio negreiro tomado pelas autoridades. Pelo contrário, os documentos que encontramos nesta pesquisa revelam que ela vivenciou a escravidão. Como já dissemos, no testamento, Maria Rosa de Jesus descreveu Luiza como cativa de nação nagô. Se não sabemos exatamente quando Luiza desembarcou, é evidente que já estava na Bahia em 1830, quando engravidou do sobrinho da sua senhora. E, considerando que ela estava em idade fértil, não cabe dúvida que sua chegada da Costa da Mina foi durante a proibição do tráfico nessa região. Nesse sentido, sua escravização foi ilegal, apesar de não ter sido identificada como tal pelas autoridades brasileiras.

A historiografia sobre a atuação de Luiz Gama em processos de liberdade aponta para mais de uma dúzia de clientes africanos cuja liberdade Gama reivindicou com base na escravização ilegal. A maioria era de regiões onde o tráfico somente se tornou proibido em 1831. Porém, mesmo quando defendia clientes de nação mina, Luiz Gama construía suas arguições em torno da lei de 1831, não dos tratados anteriores.³⁹ Desconhecemos a existência de alguma ação em prol dos direitos de quem aportou no Brasil num tumbeiro entre 1810 e 1830, vindo da Costa da Mina, como foi o caso de Luiza Mahin.

No testamento, Maria Rosa de Jesus fez questão de afirmar que o filho de Luiza era “livre de toda a escravidão como se assim nascesse”, alertando que as provas se achavam “no assento de batismo na minha freguesia de Santana”.⁴⁰ O local contradiz a afirmação feita pelo próprio Gama, de que seu batismo teria acontecido na igreja matriz de Itaparica, quando ele tinha oito anos de idade.⁴¹ Com base nesse depoimento, Mennucci e tantos outros pesquisadores posteriores – nós, inclusive – procuraram o registro nos livros paroquiais daquela freguesia. Em vão. Contudo, quando

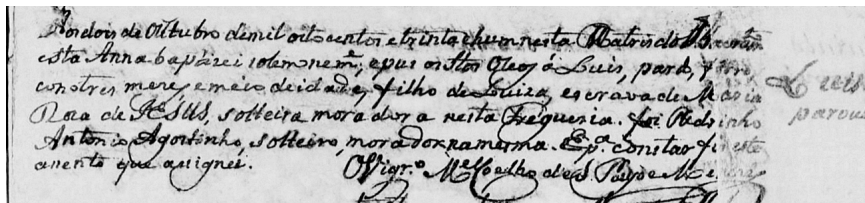
39 Azevedo, *O direito dos escravos*, pp. 95-146; Luiz Gustavo Ramaglia Mota, “Entre as ruas e os tribunais: um estudo de Luiz Gama e sua clientela”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022, pp. 144-159, .

40 APEB, *Testamento*, fl. 64v.

41 Gama, “Carta”, p. 60.

seguimos a informação dada por Maria Rosa, localizamos, nos registros da freguesia Santana, o batismo de “Luiz, pardo forro com três meses e meio de idade, filho de Luiza, escrava de Maria Rosa de Jesus” (Figura 2).

Figura 2: Assento de batismo de Luiz Gama (“Batismo de Luiz, pardo forro, em 2 de outubro de 1831”)



Fonte: ACMS, Freguesia de Santana, Batismos 1830-1848, fl. 29.

Esse documento importante descreve Luiz como forro, que na sociedade escravista era bem diferente de ter nascido livre, como ele afirmou na sua carta autobiográfica. Por ser batizado quando era nenê, Gama seguramente não se lembrava do ritual e provavelmente nem sabia da forma que foi registrado no livro de batismos. Não há como saber se ele teve conhecimento desse batismo e o omitiu na sua carta autobiográfica. Entretanto, a ideia de que nem mãe nem filho teriam sido escravizados tem sentidos políticos fundamentais para as reivindicações negras. Desde os tempos do escravismo, indivíduos e coletivos negros lutam para desvincular suas próprias histórias das tramas escravistas.⁴² Neste sentido, a passagem pelo cativeiro seria uma mácula. Já o movimento negro, desde a década de 1970, tem enfatizado que a história das populações negras nas Américas, ainda que atravessadas pelo tempo do cativeiro, deve transcendê-lo.

42 Ver, por exemplo, Hebe Mattos e Martha Abreu (orgs.), *Passados presentes*, Rio de Janeiro: Laboratório de História Oral e Imagem, Universidade Federal Fluminense, 2005-2011 (DVDs); Ana Lúcia Araujo, *Public Memory of Slavery: Victims and Perpetrators in the South Atlantic*, Amherst, New York: Cambria Press, 2010. Nas tradições orais do candomblé, destaca-se a liberdade dos ancestrais, minimizando ou apagando a passagem pelo cativeiro. Para uma análise, ver: Lisa Earl Castillo, “Foi no Candeal que plantei a minha mata: um culto familiar a Ogum (Salvador, c.1813-1970), *Revista de História (USP)*, n. 181 (2022), pp. 2, 12-14, [↗](#).

Daí que exaltar as formas de luta e as expressões de pertencimento cultural devem ocupar o primeiro plano das leituras da diáspora africana.⁴³ Mais recentemente, o passado escravista tem sido lido como trauma coletivo e transgeracional, cujo principal legado teria sido a subalternização do negro nas sociedades contemporâneas.⁴⁴ Portanto, Luiza, como africana que não teria pertencido a qualquer senhor, e Luiz, liderança abolicionista nascido livre, têm sido inseridos na memória coletiva como símbolos de liberdade. A descoberta de que a mãe de Luiz Gama passou pelo cativeiro e de que ele mesmo foi batizado como forro escancara a complexidade de tramas e traumas do escravismo, assim como os filtros e as estratégias políticas dos movimentos sociais no enfrentamento ao racismo.

O fato é que quando o batismo aconteceu, em 2 de outubro de 1831, Gama era um bebê de apenas três meses e meio. Apesar de divergir da sua lembrança, a idade no dia da cerimônia bate com o dia de nascimento que Luiz Gama lembrava, 21 de junho: o intervalo entre as datas é de aproximadamente três meses e meio.⁴⁵ O documento ainda informa que o padrinho foi Antônio Agostinho, o que é consoante com a afirmação de Maria Rosa em seu testamento de que o sobrinho tinha apadrinhado o menino.⁴⁶

Procuramos também nos registros de Santana o assento de batismo de Luiza, mas sem encontrar um registro convincente. O documento mais plausível é o assento de “Luiza africana adulta, escrava de Maria Rosa, solteira”, datada de 12 de fevereiro de 1831. Ao procurar o batismo da outra cativa mencionada por Maria Rosa, Ana nagô, tampouco tivemos resultado definitivo. Encontramos apenas “Ana, adulta, escrava de D. Maria Rosa”, batizada em 15 de fevereiro de 1833. Já que trata a senhora de “dona” – termo que, à época, denotava algum prestígio social –

43 Ver, entre outros, Abdias do Nascimento e Elisa Larkin, “Reflexões sobre o movimento negro no Brasil” in Antonio Sérgio Guimarães e Lynn Huntley (orgs.) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil* (São Paulo: Paz e Terra, 2000), pp. 203-236.

44 Saidiya Hartman, *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

45 Mennucci, *O precursor*, pp. 35-36.

46 APEB, *Testamento*, fl. 64v.

este segundo registro é um pouco mais promissor.⁴⁷ Contudo, em ambos os documentos, a falta do sobrenome da senhora torna impossível saber se tratava da mesma pessoa. Na freguesia de Santana havia várias mulheres chamadas Maria Rosa, de diversas cores e condições jurídicas, entre elas a mãe de Antonio Agostinho, que se chamava Maria Rosa de Lima.

À primeira vista, a falta de provas documentais do batismo de Luiza parece confirmar o que Gama disse na carta a Mendonça, de que sua mãe “sempre recusava o batismo e a doutrina cristã”.⁴⁸ Por outro lado, o assento de batismo de Luiz indica que a mãe tinha recebido o sacramento: identifica ela pelo nome católico de Luiza, sem qualquer ressalva. A rigor, nos registros paroquiais, ao mencionar pessoas não batizadas na fé católica, a falta do sacramento tinha que ser comentada. A ausência de alguma observação dessa natureza sobre Luiza nos diz que ela já tinha recebido este ritual católico fundamental.⁴⁹

O testamento de Maria Rosa se refere ao cativo de Luiza sem nenhuma sugestão de que ela não tivesse recebido o sacramento, o que seguramente teria sido mencionado, se fosse o caso. Durante o Império, as regras sobre a obrigatoriedade do batismo seguiam as do período colonial, exigindo o batismo do africano dentro do prazo de seis meses depois da chegada, sob pena de multa. Apesar de ser comum que o senhor ultrapassasse o prazo por alguns meses, era raro deixar de batizar o cativo, pois pela lei o registro do sacramento funcionava como comprovante de domínio.⁵⁰ Apesar de haver casos eventuais de escravizados que não foram batizados,

47 ACMS, Santana, Batismos 1830-1848, fls. 12, 91, *Luiza africana*, 12 fev. 1831, e *Anna adulta*, 15 fev. 1833.

48 Gama, “Carta”, p. 61.

49 Quando um registro católico se referia a alguém que não tinha sido batizado, acrescentavam-se termos como “catecúmena” ou “pagã”. Ver, por exemplo, ACMS, Conceição da Praia, Batismos 1815-26, fl. 290v, *Miquelina nagô*, 17 jun. 1824. Nos registros de óbito, o protocolo era semelhante, mas na falta de nome católico, não se colocava outro nome, apenas a faixa etária (“adulta” ou “párvula”). No caso de adultos, acrescentava a descrição “pagão”. Cf. Freguesia do Pilar, Óbitos 1824-1834, fls. 37v-39.

50 Sobre a obrigatoriedade do batismo, ver, entre outros, Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, Bauru: Edusc, 2001, pp. 268-270; Kátia Lorena Novais Almeida, *Alforrias em Rio de Contas, Bahia – Século XIX*, Salvador: Edufba, 2012, p. 153.

isso geralmente decorria de circunstâncias extraordinárias.⁵¹ Pertinho da Rua do Bangla, morava um nagô liberto conhecido apenas como Ajadi, que tinha comprado a liberdade em 1834, depois de várias fugas. Dando-se por vencido, o senhor aceitou o valor que Ajadi ofereceu pela alforria.⁵² Ser fugitivo evidentemente impediu a catequese. Nem o registro oficial de sua carta de liberdade se refere a Ajadi por um nome católico, uma raridade. A história desse vizinho de Luiza Mahin e seu filho aponta para a importância dos nomes africanos na comunicação cotidiana da comunidade nagô na Bahia dos anos 1830.⁵³ O fato de Luiz Gama se referir à mãe apenas por um nome católico, sem informar seu nome iorubá, é mais um indício que ela tenha sido submetida ao batismo, rito fundamental do escravismo brasileiro.

A família paterna

Como foi dito acima, em seu testamento Maria Rosa de Jesus instituiu Antônio Agostinho Carlos Pinto da Gama como primeiro testamenteiro, herdeiro universal de seus bens e tutor do filho de Luiza. Apesar de não comentar a paternidade do menino, a testadora se referiu a ele como Luiz Gonzaga Pinto da Gama, o que deixa claro que sabia muito bem que seu herdeiro era responsável pela gravidez de Luiza. A testadora encarregou o sobrinho como tutor do menino, pois, como padrinho, tinha a responsabilidade “de lhe dar toda a educação necessária até ter a idade de poder se reger”, o que sugere certo afeto pelo menino alforriado por ela, talvez em decorrência do carinho que sentia pelo pai, que “sempre viveu comigo

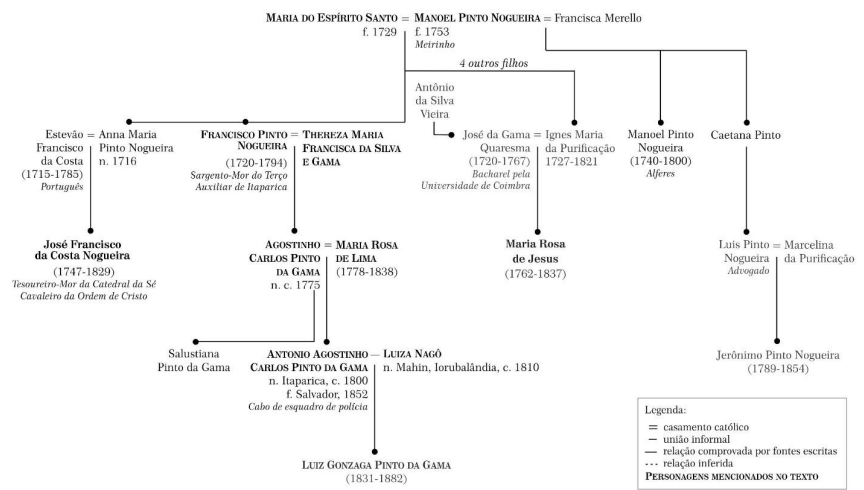
51 Um desses casos raros é o do português Antonio Vieira da Silva, que morreu sem sacramentos “por não pedir”, deixando vários escravizados não batizados e ainda três filhas que tampouco tinham recebido o sacramento. ACMS, Freguesia de S. Pedro, Óbitos 1865-1872, fl. 18v, *Antonio Vieira da Silva*, 25 jul. 1866; Batismos 1865-1903, fl. 19v, *Joaquina, Adelina, Rosalina, Salustiano, André, Maria Vieira da Silva, Lauriana Vieira da Silva e Ana Vieira da Silva*, 29 jul. 1866.

52 APEB, LN 240A, fls. 183-84, *Liberdade de Ajadi*, 15 mar. 1834. Como veremos mais adiante, em 1835 Ajadi se tornou réu nos autos do levante dos malês. Cf. João José Reis, *Rebelião Escrava no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 406.

53 Reis, *Rebelião escrava*, pp. 315-317.

desde certa idade”, lhe tratando “com amor e zelo”.⁵⁴ Apesar de se tratarem entre si como sobrinho e tia, eram na verdade primos de segundo grau: a mãe de Maria Rosa foi irmã do avô paterno de Antonio Agostinho, ambos naturais da vila de Santo Amaro da Purificação (Fig. 3).⁵⁵ O pai de Maria Rosa, José da Gama Quaresma, era promotor e formado em Coimbra, o que sugere ter bom poder aquisitivo. Contudo, a filha era ainda pequena quando o pai morreu e a mãe não se casou de novo, o que deve ter prejudicado o nível de conforto material da família.⁵⁶

Figura 3: Árvore genealógica da família paterna de Luiz Gama



Fonte: Registros paroquiais, cartoriais e judiciários.

54 APEB, *Testamento*, fl. 64v.

55 APEB, Autos Cíveis, 16/551/12, *Justificação de Maria Rosa de Jesus* (1829), fls. 2-7. Agradecemos a Felipe Peixoto Brito pela generosidade em compartilhar este documento.

56 APEB, *Testamento*, fls. 64-64v; ACMS, Santo Amaro, Freguesia da Purificação, Óbitos 1727-1795, fl. 219v, *Doutor José da Silva Quaresma*, 6 dez. 1767; Santana, Óbitos 1818-1847, fl. 33, *Ignês Maria da Purificação*, viúva, 18 fev. 1821; Arquivo da Universidade de Coimbra, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/Q/000383, *Histórico do estudante José da Gama Quaresma* (1742-1746), 2.

Na sua carta autobiográfica, Gama descreveu a família paterna como fidalga, “uma das principais da Bahia”. Mas, ao traçar o perfil racial do pai, começou desconfiando da branquitude baiana: “não ousou afirmar que [meu pai] fosse branco, porque tais afirmativas, neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo e pertencia a uma das principais famílias da Bahia de origem portuguesa”.⁵⁷ Classe, cor, afeto e rebeldia atravessaram a construção desse personagem na carta autobiográfica de seu filho.

Sem dúvida, uma das razões para a popularidade de Gama, tanto ontem quanto hoje, é a forma direta, sem rodeios, mas com farta acidez, de falar das desigualdades raciais no Brasil oitocentista. Lígia Ferreira, uma de suas biógrafas, analisou como ele denunciava a hipocrisia nacional que transformava gente livre [tal como ele] em escravo, por julgar que aos negros só restasse o cativo.⁵⁸ Eis um tema frequente no qual o abolicionista cravava sua pena sem sutilezas. Em “Pacotilha”, Gama teve como alvo “parentes falsários”, um tipo “mulato esfolado, que diz-se fidalgo, porque tem de galgo o longo focinho”, mas que “não perde a catinga [...] ainda que passe por brazeo cadinho”. No verso seguinte alfineta: “eu que não tolero falsários parentes, ferraram-me os dentes, por brancos passando”.⁵⁹

A antipatia de Gama aos “falsos brancos” não nos ajuda a saber se Antonio Agostinho era mestiço ou não. Nenhum dos documentos que localizamos sobre ele menciona sua cor, mas seu pai e a tia são descritos como brancos. Por outro lado, no testamento, a tia descreveu Luiz como cabra, termo aplicado aos filhos de pretos com mestiços.⁶⁰ Já que Luiza era africana, se deu luz a um filho cabra, o pai teria sido

57 Gama, “Carta”, p. 62.

58 Lígia Fonseca Ferreira, “Introdução” in Ferreira (org.), *Lições de resistência*, pp. 23-83.

59 Luiz Gama, “Pacotilha” in Lígia Fonseca Ferreira (org.), *Primeiras trovas burlescas e outros poemas de Luiz Gama*, São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 78-79.

60 ACMS, Freguesia da Vera Cruz, Batismos 1805-1837, José, 24 nov. 1807; Santana, Óbitos 1818-1847, fl. 199, *Maria Rosa de Jesus*, 13 ago. 1837.

pardo. Se Antonio Agostinho tinha algum sangue africano nas veias, provavelmente veio da mãe. De qualquer forma, se estamos seguindo bem a reclamação do famoso abolicionista sobre falsos brancos, era desprezível não apenas o rico que se autoproclamava de origem nobre mas também aquele que tentava falsificar seu parentesco, escondendo a presença de sangue africano. Nas crônicas de Gama, fidalguia é um substantivo frequentemente seguido por adjetivos nada elogiosos. Certa vez, ao defender-se da acusação de incitar insurreições de escravizados, ele disse ser um promotor de resistência, “virtude cívica”, “sanção necessária para pôr preceito aos salteadores fidalgos”.⁶¹ Já em “Quem sou eu”, um de seus poemas mais citados, Gama se autodefine a partir do que rejeita: “Amo o pobre, deixo o rico. [...] Fujo sempre à hipocrisia, à sandice, à fidalguia”. Como bem analisou Azevedo, Gama buscava, no auge da sua atuação como abolicionista e literato, valorizar “virtudes em detrimento de posições sociais”; deste modo, mantinha-se longe das posições políticas dos escravistas.⁶² Pelo que encontramos em nossas pesquisas, essa fidalguia, no sentido que a palavra tinha no crepúsculo do Império, quando Gama compôs sua carta autobiográfica, estava mesmo distante dele.

Já comentamos que o pai de Maria Rosa de Jesus estudou em Coimbra e era promotor, o que aponta para certo prestígio social. Várias outras pessoas na família chegaram a níveis semelhantes, mas não encontramos indícios de fortunas extravagantes nem de títulos de nobreza. No caso específico do avô paterno de Luiz Gama, seu patrimônio parece ter sido relativamente parco e aparentemente lhe faltava dinheiro em espécie. Quando Maria Rosa de Jesus redigiu o testamento, reclamou que o primo Agostinho Carlos lhe devia o valor de impostos que ela pagou para ele oito anos antes, referente à herança que recebeu do cônego José Francisco da Costa Nogueira.⁶³

61 Luiz Gama, “Luiz G. P. Gama” in Ferreira (org.), *Lições de resistência*, p. 199.

62 Azevedo, *Orfeu de Carapinha*, p. 46.

63 APEB, *Testamento*, fl. 64v.

Primo de primeiro grau de Maria Rosa e Agostinho Carlos, o cônego José Francisco da Costa Nogueira foi provavelmente a pessoa mais destacada da família. Sua longa carreira incluía atuação em vários outros campos profissionais, como a música, as forças armadas e o magistério. Era também um cosmopolita viajado: tomou os votos de ordenação na cidade pernambucana de Olinda, serviu numa guerra no Rio Grande do Sul e foi a Lisboa como capelão de navio.⁶⁴ Com a derrota dos portugueses na batalha de Dois de Julho de 1823, José Francisco se juntou a um pequeno grupo de clérigos de alto escalão que assinaram uma carta aberta parabenizando o Imperador pela vitória. No final de sua vida era Cavaleiro da Ordem de Cristo e ocupava o cargo de Tesoureiro-mor da Catedral da Sé.⁶⁵ Além de seu inegável status social, o cônego era também o membro mais abastado da família, proprietário de numerosos imóveis e cativos.⁶⁶ Quando José Francisco morreu em 1829, sem herdeiros diretos, seus bens foram divididos entre Maria Rosa de Jesus e Agostinho Carlos Pinto da Gama. O quinhão da primeira incluiu pelo menos seis imóveis em Santo Amaro e três na Cidade da Bahia, muitos deles logo vendidas. É provável que a compra das escravizadas Luiza e Ana por Maria Rosa tenha sido possibilitada pela herança.⁶⁷

64 Candido da Costa e Silva, *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*, Salvador: Edufba, 2000, pp. 425-426.

65 “Termos de vereação do Senado da Câmara de Santo Amaro”, *Anais do APEB*, v. XIX (1931), p. 31-32; *Diário do Governo do Império do Brasil* (RJ), v. 2, 4 ago. 1823, pp. 161-162.

66 O inventário *post-mortem* do cônego não consta no acervo do APEB. As evidências sobre os imóveis que Maria Rosa herdou vêm principalmente das escrituras de venda feitas por ela, citadas na próxima nota. Informações sobre os cativos foram colhidas de registros cartoriais e paroquiais. Ver, por exemplo, APEB, LN 147, fl. 291, *Liberdade de Pedro pardo*, 29 nov. 1797; LN 227, fl. 114-114v, *Liberdade de Simoa gege e sua família*, 10 mar. 1825; ACMS, Santana, Óbitos 1818-1847, fl. 153v, *Julião africano*, 14 fev. 1830.

67 APEB, *Justificação*, fls. 2-7; ACMS, Santana, Óbitos 1818-1847, fl. 122v, *Cônego José Francisco da Costa Nogueira*, 2 mar. 1829. Encontramos as seguintes escrituras de imóveis que Maria Rosa de Jesus herdou do cônego: APEB, LN 230, fls. 96v-97 (31 mar. 1830); LN 231, fls. 101v-102 (14 ago. 1830); LN 233, fls. 73v-74 (7 jun. 1830); LN 236, fls. 120v-121 (17 set. 1830); LN 236, fls. 227v-228 (17 dez. 1831); LN 238, fls. 76v-77 (15 mar. 1832).

Agostinho Carlos foi o primeiro a se habilitar como herdeiro do cônego, mas não encontramos rastros documentais de seu quinhão, apenas a reclamação feita pela prima Maria Rosa sobre o valor do imposto da herança que ele ainda lhe devia.⁶⁸ Em 1836, quando Agostinho Carlos e a esposa tiveram que pagar uma dívida do filho – um ponto ao qual retornaremos mais adiante – eram proprietários de dois sobrados adjacentes na rua do Bangla. Não localizamos informações sobre a aquisição desses imóveis, mas desconfiamos que fizessem parte da herança que receberam do cônego.⁶⁹

Diferente de seus primos José Francisco e Maria Rosa, Agostinho Carlos Pinto da Gama não era santamarense. O avô paterno de Luiz Gama nasceu em Itaparica, filho do sargento-mor Francisco Pinto Nogueira. Este sim era santamarense, filho do meirinho Manoel Pinto Nogueira, que ficou viúvo em 1729 com sete filhos pequenos, entre eles Francisco. O inventário *post-mortem* da mãe de Francisco é exíguo. Os bens se resumiam a duas cativas africanas, alguns objetos de ouro e uns poucos móveis, o que contradiz a ideia de fidalguia. Inclusive, a assinatura do meirinho sugere que fosse semiletrado.⁷⁰

Francisco Pinto Nogueira começou a carreira militar ainda adolescente, paulatinamente ascendendo na hierarquia do Regimento Velho da Infantaria da Bahia e servindo num conflito armado na Nova Colônia do Sacramento. Na volta à Bahia, foi promovido a capitão.⁷¹ Em 1769, requereu o posto de sargento-mor do Terço Auxiliar da Ilha de Itaparica, pedido logo agraciado.⁷² Com a carreira profissional consolidada, casou-se com

68 APEB, *Testamento*, fl. 64v.

69 APEB, LN 257, fls. 74-76, *Escritura de venda que fazem Agostinho Carlos Pinto da Gama e sua mulher Maria Rosa de Lima*, 29 nov. 1836. Consta que o sobrado estava adjacente a outro pertencente aos vendedores.

70 APEB, Inventários, 08/3396/04, *Inventário de Maria do Espírito Santo* (1729-1761), fls. 1, 5-9, 15-19.

71 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Bahia (BA), ACL_CU_005, Cx. 152, Doc. 11.608, fl. 4, *Carta patente de Francisco Pinto Nogueira*, 26 ago. 1863.

72 AHU/BA, ACL_CU_005, Cx. 164, Doc. 12.460, *Requerimento de Francisco Pinto Nogueira ao rei D. José*, 6 dez. 1769.

D. Thereza Maria Francisca da Silva e Gama por volta de 1771.⁷³ Infelizmente, as enormes lacunas nos livros paroquiais desse período não nos permitiram localizar o assento de batismo do filho Agostinho. Contudo, conseguimos apurar que a esposa faleceu por volta de 1791, seguida em 1794 pelo viúvo.⁷⁴ Em 1789, um relatório ao governador da Bahia elogiava o comportamento do então idoso Sargento-Mor Francisco Pinto Nogueira. Não foi à toa. Há décadas, suas contribuições tinham dado a possibilidade de ingressar na Ordem de Cristo.⁷⁵ Mas a despeito de sua trajetória exemplar, Francisco Pinto Nogueira não acumulou muitos bens. No sentido material, não se comparava com o sobrinho cômico. Tinha alguns cativos, mas mesmo levando em consideração as lacunas documentais, aparentemente não muitos. Encontramos rastros de um total de sete.⁷⁶ Os únicos imóveis que localizamos em seu nome foram um terreno arrendado em Itaparica e um sobrado na Cidade da Bahia, comprado em 1759 e hipotecado em 1772.⁷⁷

73 A data de casamento foi deduzida a partir de dois registros. No primeiro, Francisco Pinto Nogueira consta como solteiro, enquanto no segundo, dois anos depois, como casado: ACMS, Vera Cruz, *Casamentos 1749-1773*, folha sem número, *Ladislau Alvares da Costa e Anna Joaquina de Santa Eufemia*, 26 fev. 1770; APEB, LN 116, fls. 201-203, *Escritura de débito que fazem o Sargento Mor Francisco Pinto Nogueira e sua mulher D. Thereza Maria Francisca da Gama*, 1772 (dia e mês ilegíveis).

74 AHU, Eduardo de Castro e Almeida (ECA), Bahia (BA), cx. 81, doc. 15.640, *Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Martinho de Mello e Castro*, 15 jul. 1794. A data da morte da esposa é deduzida pelo ano em que Francisco Pinto Nogueira passa a ser descrito como viúvo. ACMS, Vera Cruz, Batismos 1778-1792, fls. 138v e 178, *José*, 16 jul. 1789; *Maria*, 20 mar. 1771. Nos livros de batismos setecentistas de Vera Cruz, há uma lacuna entre 1766 e 1778, justamente o período mais provável do nascimento de Agostinho Carlos.

75 AHU/BA, ACL_CU_005, Cx. 69, Doc.12.254, *Merecimento dos oficiais pagos da Capitania da Bahia*, 26 jun. 1789, folhas s/n; AHU_ACL_CU_005, Cx. 153, Doc. 11.699, fl. 2, *Requerimento de Francisco Pinto Nogueira ao rei D. José*, 26 ago. 1764. Ao invés de reivindicar essa marca de distinção para si mesmo, ele solicitou a entrada de um sobrinho, José Ferreira da Costa, o que foi concedido. Infelizmente, não conseguimos localizar outras informações sobre esse sobrinho.

76 ACMS, Vera Cruz, *Batismos 1778-1792*, fls. 11v, 99; APEB, LN 132, fls. 11v-12, *Liberdade de Francisco do Gentio da Costa*, 20 ago. 1790; LN 148, fl. 257v, *Carta de liberdade do crioulo João*, 11 dez. 1796. Na carta de Francisco, Agostinho Carlos Pinto da Gama foi testemunha.

77 Arquivo Municipal de Cascais (AMC), Itaparica, *Relação de Foreiros da Casa de Niza*, 1788. Agradecemos a Felipe Peixoto Brito pelo acesso a este documento. APEB, LN 102, fl. 90v-91v, *Escritura de venda que faz Brizida Lopes da Conceição*,

O filho do sargento-mor, Agostinho Carlos, nasceu por volta de 1775.⁷⁸ Não encontramos evidências de carreira militar e tampouco de títulos acadêmicos ou postos administrativos. Ao que parece, seus poucos bens foram herdados. O mais valioso foi o sobrado na Cidade da Bahia, vendido em 1800 ao primo cônego que passou a residir no local até sua morte.⁷⁹ Ao que parece, com a venda dessa propriedade, Itaparica se tornou a residência de Agostinho Carlos, que, nessa altura, já era casado com Maria Rosa de Lima.⁸⁰ Único filho do casal, Antonio Agostinho provavelmente nasceu na ilha, mas foi criado na capital pela outra Maria Rosa da família, sua prima de segundo grau, que chamava de tia. Como já foi dito, esta declarou em seu testamento que Antonio Agostinho “sempre viveu em minha companhia desde certa idade”.⁸¹

O bairro da Palma nos tempos de Luiza Mahin e seu filho

Quando Luiz Gama redigiu sua carta a Lúcio de Mendonça, ainda tinha memórias nítidas da casa onde nasceu, “um sobrado da rua do Bangala, formando angulo interno, em a quebrada, do lado direito de quem parte do adro da Palma”.⁸² Defronte dessa igreja ficava o sobrado que o bisavô

27 jul. 1759; LN 116, fls. 201-203, *Escritura de débito que fazem o Sargento Mor Francisco Pinto Nogueira e sua mulher D. Thereza Maria Francisca da Gama*, 1772.

78 Deduzimos o ano de nascimento pela idade que consta no registro de óbito: ACMS, Freguesia de Itaparica, Óbitos 1836-1854, fl. 47v, *Agostinho Carlos Pinto da Gama*, 30 jul. 1848. Este documento é mais um compartilhado por Felipe Peixoto Brito.

79 APEB, LN 148, fls. 257v-258, *Carta de liberdade do crioulo João*, 11 dez. 1796; LN 140, fls. 341-342, *Escritura de venda que fazem Agostinho Carlos Pinto da Gama e sua mulher Maria Rosa de Lima*, 14 jul. 1800.

80 Em 1806 e 1807, quando Agostinho Carlos participou de dois batismos em Itaparica, foi descrito como residente na ilha: ACMS, Vera Cruz, Batismos 1805-1837, fls. 9 e 33, *Antonio*, 1 jun. 1806 e *José*, 24 nov. 1807.

81 APEB, *Testamento*, fls. 64-64v.

82 Gama, “Carta”, p. 60. A casa ainda existe hoje, já com uma placa na fachada, de data incerta, que a identifica como lugar de nascimento de Luiz Gama e que é visível na imagem da Google Maps: . Para um desenho do sobrado nos anos 1930, ver Mennucci, *O precursor*, p. 29.

paterno comprara e onde o cônego José Francisco da Costa Nogueira, primo de terceiro grau de Gama, viveu por três décadas. Nos tempos de Luiza Mahin, portanto, a família senhorial marcava presença no local por mais de meio século. Era provavelmente entre as mais antigas famílias do chamado bairro da Palma, que fazia parte da freguesia de Santana, próxima à divisa com a da Sé.⁸³ O bairro cresceu ao redor de um quartel homônimo, existente no local desde a primeira metade do século XVII, à época fora dos muros que cercavam a cidade. Datam do mesmo período a Igreja da Palma e seu convento, bem próximos ao quartel.⁸⁴ No século XVIII, esta instalação abrigava a infantaria do Regimento Velho da Guarnição da Bahia, da qual Francisco Pinto Nogueira fazia parte. Até o tempo da Independência, existia outro quartel ali perto, no distrito adjacente da Mouraria, abrigando a Legião de Caçadores e posteriormente a sede da polícia.⁸⁵

A presença dessas instalações levou muitos militares a comprar imóveis na vizinhança. O fácil acesso ao lugar de trabalho foi seguramente o que levou o então ajudante Francisco Pinto Nogueira a comprar o sobrado defronte à igreja em 1759. Apesar de assumir o posto de sargento-mor da milícia de Itaparica poucos anos depois, manteve a casa na cidade, como faziam muitos outros moradores da ilha. Até os tempos de Luiza Mahin

83 Anna Amelia Vieira Nascimento, *Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*, Salvador: Edufba, 2007, pp. 167-168, 22. Segundo Nascimento, Santana tinha a quarta maior população liberta da cidade.

84 AHU/ECA/BA, Cx. 15, docs. 2.670-2.672, Vigário Antônio José Gomes da Costa, *Mapa em relação às distâncias que ocupa a Freguesia de Santíssimo Sacramento e Santana, extramuro dessa Cidade*, 24 nov. 1757. Posteriormente utilizado como hospício militar, em 1837 o antigo convento passou a abrigar o primeiro liceu da Bahia: Luiz Eduardo Dórea, *Histórias de Salvador nos nomes de suas ruas*, Salvador: Edufba, 2006, p. 111.

85 O Quartel da Palma já consta na *Planta da restituição da Bahia*, de João Teixeira Albernaz, datada de 1631. Cf. Rodrigo Espinha Baeta e Luis Antônio Fernandes Cardoso, “O frontispício de Salvador e seu impacto na paisagem urbana da cidade no século XIX”, *Paranoá*, Brasília, n. 13 (2014), p. 49; Luis Henrique Dias Tavares, *Independência do Brasil na Bahia*, Salvador: Edufba, 2005, p. 37. Sobre a distribuição de regimentos militares nos quartéis nos tempos do pai de Luiz Gama, ver Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital Brasileira (BN/HDB), *Almanach da Cidade da Bahia*, 1845, pp. 390-398, 22; Hendrik Kraay, e-mail a Lisa Earl Castillo, 13 jul. 2024.

e seu filho, a cidade não era mais cercada por muros e o bairro da Palma tinha se tornado uma localização central (Figura 4). Nos entornos da igreja já havia um largo homônimo ainda existente de onde desce uma ladeira também homônima, que dá no antigo largo de Guadalupe, hoje conhecido como Praça dos Veteranos. No outro lado desse largo, a Ladeira da Praça leva ao antigo Palácio do Governo, hoje Câmara dos Vereadores.

O Largo de Guadalupe abrigava uma igreja homônima, um distrito comercial e uma feira ao ar livre cheia de vendedoras negras, muitas delas africanas. Entre elas, provavelmente, estava Luiza, que, na memória do filho, era quituteira.⁸⁶ Era costume para mães africanas com filhos pequenos andar com eles amarrados às costas com panos resistentes. Assim, nos primeiros anos de sua vida, Luiz Gama provavelmente acompanhava a mãe diariamente enquanto descia da Palma para o Guadalupe para vender seus quitutes, talvez acompanhados por Ana, a outra cativa de Maria Rosa de Jesus. Na memória de Gama a mãe era pagã. Como ela era de nação nagô, isso significa que era devota de algum orixá. Não faltavam opções ali perto. Há poucos metros do largo do Guadalupe, subindo a ladeira do Berquó, funcionava a legendaria casa de candomblé lembrada hoje como Terreiro da Barroquinha, cujos membros incluíam as futuras fundadoras da Casa Branca e do Gantois. Ao norte do largo, subindo ainda outra ladeira, chegava-se ao bairro da Saúde, onde morava a família que fundou o Terreiro do Alaketu.⁸⁷

86 Cecília Moreira Soares, *Mulher negra na Bahia no século XIX*, Salvador, Eduneb, 2007, p. 65; *Almanach*, p. 261; Gama, “Carta”, p. 61.

87 A casa de culto da Barroquinha tem sido muito comentada na historiografia do candomblé, baseada em tradições orais registradas por Edison Carneiro e Pierre Verger. Cf. Carneiro, *Candomblés da Bahia*, 8ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991, p. 57; Verger, *Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo*, Salvador: Fundação Pierre Verger, 2018, p. 36. Sobre o Alaketu, ver: Lisa Earl Castillo, “O terreiro do Alaketu e seus fundadores: história e genealogia familiar, 1807-1867”, *Afro-Ásia*, n. 43 (2011), pp. 213-259, [DOI](#).21225.

Figura 4: Mapa de localização do bairro da Palma na Cidade da Bahia



O centro da Cidade da Bahia, mostrando o bairro da Palma e seu entorno (círculo amarelo) doze anos depois da morte de Luiz Gama. Repare que o trecho da Rua do Bangla com a casa onde ele nasceu já tinha sido rebatizado para Rua Luiz da Gama. Detalhe adaptado de *Planta da Cidade de São Salvador* (1894).
Fonte: Biblioteca Nacional, .

Frequentado por gente de todas as classes e cores, nos turbulentos anos 1830, esse cantinho da cidade foi palco de vários importantes levantes e movimentos políticos que ficaram gravados na memória de Luiz Gama. Em abril de 1831, com os ânimos da guerra de independência ainda recentes, o Imperador D. Pedro I abdicou do trono, provocando uma revolta marcada por sentimentos antilusitanos. No centro da muvuca

estavam duas tipografias na vizinhança da Palma – uma na Rua do Gravatá, a outra a poucos metros de distância, na Ladeira da Praça – que produziam jornais vinculados aos dois lados da disputa.⁸⁸ Durante a investigação, o redator do jornal da Ladeira da Praça, Cipriano Barata, veterano da Independência, foi acusado de instigar a violência como parte de uma suposta conspiração para libertar os escravos. Seu acusador, o capitão Antônio João Fernandes Pizarro Gabizo, fazia parte do grupo da tipografia do Gravatá e morava na Rua do Bangla. Algumas das pessoas interrogadas durante a devassa também moravam na rua do Bangla e, em seus depoimentos, se referiram a eventos ocorridos na igreja da Palma.⁸⁹ Dificilmente os boatos sobre a intenção de acabar com a escravidão teriam escapadas à atenção de quem estava no cativeiro, mercadejando nas redondezas, tampouco a moradores de longa data. Porém, ninguém da família senhorial de Luiza foi acusado de envolvimento na conspiração, e ela, nessa altura, já estava grávida do filho, que nasceria em 21 de junho daquele ano, às sete horas da manhã.⁹⁰

Em janeiro de 1835, quando explodiu a revolta dos Malês, Luiz Gama era guri, com três anos e meio. Como já nos contou João Reis, o primeiro confronto do levante aconteceu de madrugada, no pé da Ladeira da Praça, junto à Igreja de Guadalupe, num sobrado onde moravam vários libertos envolvidos no planejamento da conspiração. Quando a polícia cercou a casa, estava acontecendo uma grande reunião de rebeldes. O tumulto acordou os moradores das ruas próximas e os tiros seguramente puderam ser escutados na rua do Bangla. A batalha continuou pelo resto da noite e parte da manhã, alastrando-se por outras partes da cidade.

88 Vinícius Mascarenhas de Oliveira, “Federalistas na Bahia: trajetórias, ideias, sociedades e movimentos (1831-1838)”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012, pp. 75-84, [↗](#).

89 Daniel Afonso da Silva, “O 13 de abril de 1831: a Bahia de Cipriano Barata e o Brasil de D. Pedro I no final do primeiro reinado”, *Análise Social*, n. 218 (2016), pp. 146-168, [↗](#); *Nova Sentinella da Liberdade*, 29 mai. 1831, p. 6, [↗](#); “Depoimento de João Nepomuceno da Rocha Vidal”, *Nova Sentinella da Liberdade*, 24 jun. 1831, p. 12, [↗](#); “Depoimento de José Porfirio de Lima”, *Nova Sentinella da Liberdade*, 17 jul. 1831, p. 11, [↗](#).

90 Gama, “Carta”, p. 60.

Durante a investigação, foram presos centenas de africanos, começando com os moradores do sobrado na Ladeira da Praça.⁹¹

Muitos outros africanos que moravam próximos àquele sobrado foram detidos. Um dos principais foi o hauçá liberto Elesbão do Carmo, conhecido entre seus conterrâneos como Dandarà, que morava no Gravatá há muitos anos com a família.⁹² Comerciante, com loja no distrito do porto, Elesbão assumiu que atuava como mestre de jovens muçulmanos, mas insistiu que “não era para o mal”.⁹³ Sua esposa, a jeje liberta Margarida do Carmo, era vendedora de verduras e talvez trabalhasse na feira da Guadalupe, perto de sua casa.⁹⁴ Casada com Elesbão por décadas, em 1835 Margarida teria sido uma das africanas libertas mais velhas da vizinhança, portanto bem conhecida entre as outras ali residentes, inclusive nagôs como Luiza. Até poucos anos antes do levante, outra moradora do Gravatá foi a liberta nagô Francisca da Silva, futura fundadora do Terreiro da Casa Branca e mais conhecida por seu título religioso, Iyá Nassô. Depois da rebelião, seus filhos foram presos, vítimas de acusadores que confundiram rituais para venerar Xangô com reuniões para planejar a revolta.⁹⁵

91 João José Reis, *Rebelião escrava*, pp. 129-136. Em 2025 a Ladeira da Praça foi rebatizado Ladeira da Revolta dos Malês.

92 Os autos do levante mencionam que Elesbão era casado, mas dão apenas o nome da amante, que também foi acusada. Não consta o nome da esposa, que evidentemente não foi presa. Contudo, os registros paroquiais mostram que Elesbão se casou com Margarida em 1812. Cf. ACMS, Santana, Casamentos 1783-1819, fl. 189, *Elesbão do Carmo e Margarida do Carmo*, 8 fev. 1812. No cativeiro, Margarida foi escrava do futuro marido, que a forrou “com a condição infalível” de casar-se com ele: APEB, LN 168, fls. 50-50v, *Carta de Margarida de nação jeje*, 10 mai. 1811. Um filho do casal, Pedro, nasceu em 1815: ACMS, Freguesia da Sé, Batismos 1805-1816, fls. 303v-304, *Pedro crioulo*, 30 jun. 1815. Há evidências indiretas de três outros filhos em assentos de batismo de cativos da família. Cf. ACMS, Sé, Batismos 1816-1829, fl. 291, *Luis crioulo e Felicidade nagô*, 7 abr. 1827; ACMS, Sé, Batismos 1829-61, fls. 48, 80, 100v, *Maximiano crioulo*, 22 jun. 1831, *Paulina crioula*, 26 mai. 1833 e *João crioulo*, 30 nov. 1834.

93 Reis, *Rebelião escrava*, pp. 295-297; 346-348; “Interrogatório de Elesbão do Carmo”, *Anais do APEB*, v. 54, p. 247.

94 APEB, Presidência da Província, maço 2881, *Relação de libertos da freguesia de Santana*, 1849.

95 Luis Nicolau Parés e Lisa Earl Castillo, “José Pedro Autran e o retorno de Xangô”, *Religião e Sociedade*, v. 35, n. 1, pp. 13-33, doi.org/10.1590/0100-85872015v35n1cap01.

Além de atingir africanos que moravam na vizinhança da Palma há muito, as buscas da polícia atingiram residentes mais recentes, como os moradores da casa número 8 da Ladeira da Palma. Lá moravam três famílias de africanos libertos, entre eles Ajadi, mencionado acima. Ao encontrar na casa armas brancas e documentos escritos em árabe, a polícia prendeu todos os moradores, inclusive quatro mulheres, entre elas a esposa de Ajadi, Felicidade.⁹⁶ Quase todos foram condenados, mas as sentenças de Ajadi e Felicidade foram as mais duras: ele recebeu a pena de morte, ela a de 64 meses de prisão, ambas depois comutadas a banimento à África.⁹⁷ Luiza seguramente os conhecia, assim como as outras pessoas da casa, que ficava no caminho mais fácil para o Largo de Guadalupe. Várias das mulheres viviam, como Luiza, do comércio de alimentos e tinham filhos pequenos. Um dos filhos de Ajadi e Felicidade, inclusive, tinha a mesma idade de Luiz.⁹⁸

Para além dos moradores da casa na Ladeira da Palma, Luiza Mahin provavelmente tinha contato com outras pessoas que foram presas ou interrogadas, especialmente gente de sua própria nação. Mas teria sido ela mesma alvo da polícia em 1835, como quer o imaginário popular histórico de nossos tempos? O que Luiz Gama disse a Lúcio de Mendonça foi apenas que a mãe foi presa “suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito”.⁹⁹ Na disseminação dessa lembrança do filho – presa por suspeita de envolvimento –, Luiza tem sido transformada

96 Reis, *Rebelião escrava*, pp. 344-345, 405-407, 412, 414; “A Justiça v. Amaro aussá e outros”, *Anais do Apeb*, v. 54 (1996), pp. 43-81.

97 Reis, *Rebelião escrava*, pp. 453, 464-465; João José Reis, “Rol dos culpados”, *Anais do Apeb*, v. 48, pp. 109-132.

98 Reis, *Rebelião escrava*, pp. 405-407; “A Justiça”, pp. 53-69; ACMS, Freguesia de S. Pedro, Batismos 1828-34, fl. 155v, *Firmino crioulo*, 10 abr. 1831. Nos autos da investigação, o nome da mulher de Ajadi é Felicidade da Paixão, mas no assento do batismo ela usou o nome Felicidade Nonata de Santa Rosa. A diferença se explica pelo seu histórico no cativeiro: o senhor que consta nos autos, João Ignacio da Silva, era casado e os sobrenomes que Felicidade usava depois de liberta eram variantes dos sobrenomes da esposa, Maria da Paixão Nonata de Santa Rosa. Cf. S. Pedro, Batismos 1828-34, fl. 116, *Virginia*, 24 jun. 1830.

99 Gama, “Carta”, p. 61.

em participante ativa, ao passo que a ambígua referência a “insurreições escravas” é interpretada como o levante de 1835.

Contudo, como João José Reis já mostrou, não há evidências documentais disso. De um total de 314 nomes na lista de pessoas condenadas, presas e/ou interrogadas ao longo da investigação sobre a revolta, há 31 mulheres. Destas, seis receberam penas, outras seis foram interrogadas e soltas e dez foram absolvidas.¹⁰⁰ Nenhuma delas se chamava Luiza, mesmo na freguesia de Santana, onde as quatro mulheres mencionadas acima, presas na Ladeira da Palma, são as únicas na lista. Nem Margarida do Carmo está, apesar de ser casada com um dos suspeitos. Como Reis mostra, a ideia de Luiza Mahin como a face feminina da revolta só começa a surgir um século depois, a partir do romance histórico escrito por Pedro Calmon sobre a rebelião, em que ela aparece como protagonista.¹⁰¹ Não duvidamos que Luiza tenha sido presa em algum momento, sob a acusação de conspirar contra o regime escravista, como foram tantos outros africanos na década de 1830, marcada por instabilidade política. Mas na ampla discussão sobre seu suposto papel em 1835, falta um detalhe fundamental do relato do filho: a insurreição pretendida que resultou na prisão da mãe não tivera efeito. Gama despreveria assim uma das maiores rebeliões escravas da Bahia? Acreditamos que não. Mais provável é que a prisão de Luiza tenha acontecido no período logo depois do levante, quando a polícia estava em estado de alerta permanente, fiscalizando os movimentos de africanos e prendendo-nos sob qualquer pretexto.

Perdas, jogos e sabinos

Na sua carta autobiográfica, Gama conta que a tia do pai faleceu em 1836, mas na verdade Maria Rosa de Jesus viveu até o ano seguinte.

100 Reis, “Rol dos culpados”, pp. 113, 119-132. Não há informações sobre as sentenças das nove mulheres que restaram.

101 Reis, *Rebelião escrava*, pp. 301-303; Mennucci, *O precursor*, pp. 239-241; Pedro Calmon, *Malês: a insurreição das senzalas*, Rio de Janeiro: Proluce, 1933.

Seu testamento foi redigido em 26 de junho de 1837 e seus olhos fecharam pela última vez seis semanas depois.¹⁰² Como havia um único herdeiro, não foi necessário fazer inventário dos bens. Até o final de setembro, Antonio Agostinho já tinha a posse legal da “boa herança” aludida por Gama. Consistia em dois sobrados, duas casas térreas, dois terrenos, duas cativas, Luiza e Ana, e alguns móveis. O herdeiro não perdeu tempo para tomar dinheiro emprestado usando os sobrados, a parte mais valiosa da herança, como garantia. Um foi hipotecado no final de setembro, seguido, três semanas depois, pelo outro. Com isso, Antonio Agostinho embolsou um total de 720 mil réis, comprometendo-se a quitar as dívidas em até seis meses.¹⁰³

Essas hipotecas assinadas por Antonio Agostinho tão pouco tempo depois de tomar posse da herança não surpreendem. Luiz Gama lembrava que, apesar da boa herança, o pai tinha sido reduzido à pobreza.¹⁰⁴ Sua memória não falhava. A documentação mostra que Antonio Agostinho andava endividado desde antes da morte da tia. Em 1836, seus pais venderam um imóvel para cobrir uma dívida 400 mil réis do filho.¹⁰⁵ O credor, o coronel Antonio José Soares, morava na vizinhança e tinha atuado como chefe da polícia durante a guerra de independência.¹⁰⁶ Para manter limpo o nome da família, os pais do devedor acharam melhor abrir mão do imóvel.

As memórias de Gama sobre seu progenitor apontam para os motivos das dificuldades financeiras: segundo ele, o pai “amava as súcias e os divertimentos”. À época, o termo “súcia” denotava gente de maus

102 Gama, “Carta”, p. 62; ACMS, Santana, Óbitos 1818-1847, fl. 199, *Maria Rosa de Jesus*, 13 ago. 1837.

103 APEB, LN 256, fls. 52v-53v, *Escritura de débito que faz Antonio Agostinho Carlos Pinto da Gama*, 28 set. 1837; LN 261, fls. 96v-97, *Escritura de débito que faz Antonio Agostinho Carlos Pinto da Gama*, 19 out. 1837.

104 Gama, “Carta”, p. 62.

105 APEB, LN 255, fls. 74-76, *Escritura de venda que fazem Agostinho Carlos Pinto da Gama e sua mulher Maria Rosa de Lima*, 29 nov. 1836.

106 J. Teixeira Barros, “Fundação da Cidade do Salvador”, *Anais do APEB*, v. 3 (1918), p. 281; Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da Província da Bahia*, tomo III. Salvador: Tipografia do Correio Mercantil, 1836, p. 66.

costumes. Ou seja, Antonio Agostinho não apenas fazia farra. Saía para vadiar mesmo, misturando-se com malandros. Entre as amizades duvidosas estava certo Luís Cândido Quintella, que “vivía dos proventos de uma casa de tavolagem”, termo da época para casa de jogos. Segundo Gama, o pai jogava muito bem baralho, e a casa de Quintella seguramente proporcionava um excelente espaço para alimentar seu gosto por cartas e provavelmente outros jogos de azar, como dados e roleta. É provável que tenha sido com esses outros divertimentos que o bom jogador de cartas Antonio Agostinho perdeu a herança deixada pela tia.

Gama lembrava muito bem dessa casa, o que leva a pensar que fosse levado ao lugar pelo pai. Era “um sobrado de quina, ao largo da praça”.¹⁰⁷ Esse largo corresponde à atual Praça Municipal, a uns dez minutos de caminhada da rua do Bangla. Quintella residia no local desde pelo menos 1833 até sua morte em 1856, mas não encontramos rastros de seu histórico familiar, apenas que vivia numa união consensual com uma viúva que era de Itaparica. A face pública dos negócios de Quintella era rifas de imóveis e de outros objetos de valor, através de bilhetes vendidas em estabelecimentos comerciais. Supostamente, as rifas tinham o aval de loterias católicas; mesmo assim surgiam reclamações sobre irregularidades.¹⁰⁸

Desde o período colonial, loterias com fins beneficentes, geralmente realizadas por instituições eclesiásticas, eram permitidas por lei. Quando eram de particulares, porém, a depender da forma de conduzir o negócio, podiam ser consideradas “tavolagem” e proibidas, junto com jogos de azar, como cartas, dados e roleta.¹⁰⁹ De modo geral, essas definições foram mantidas durante o Império, mas as Câmaras Municipais tinham

107 Gama, “Carta”, p. 63.

108 ACMS, Sé: Batismos 1829-1853, fl. 67, *Maria parvula*, 24 nov. 1833; Óbitos 1840-1862, fl. 293, *Luis Candido Quintella*, 6 jun. 1856; BN/HDB, *Correio Mercantil* (BA): 25 ago. 1838, ed. 540, pp. 3-4, ; 10 set. 1838, ed. 552, p. 3, ; 6 nov. 1838, ed. 597, p. 4, ; 12 jun. 1843, ed. 129, p. 4, ; 15 jun. 1843, ed. 132, p. 4, ; 12 jun. 1844, ed. 124, p. 4, ; Lima, *Luiz Gama contra o Império*, p. 78.

109 Candido Mendes de Almeida, *Ordenações e leis do Reino de Portugal*, Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Philomathico, 1870, Livro V, título LXXXII, v. 5, pp. 1230-1232, .

um grau de autonomia para definir quais jogos seriam proibidos.¹¹⁰ Na Cidade da Bahia, uma postura municipal de 1831 estabeleceu uma multa de quatro mil réis ou quatro dias de prisão para os donos de estabelecimentos como tavernas e botequins que permitiam “os jogos proibidos por lei”.¹¹¹ As loterias beneficentes já coexistiam com rifas particulares com fins lucrativos, como aquelas de Quintella. Pela frequência dos anúncios de jornal sobre este último tipo, se não fosse explicitamente permitido por lei, era pelo menos tolerado.

Para os anos 1830, não encontramos queixas sobre casas de jogos nos jornais baianos, mas nas páginas do periódico satírico *O Alabama*, surgido na década de 1860, há reclamações constantes. As atividades ilícitas geralmente eram camufladas sob outra designação, como taverna, botequim ou venda.¹¹² Já que a casa de Quintella ficava praticamente no colo da sede do governo provincial, seu sucesso em manter-se invisível talvez envolvesse a conivência de algumas autoridades. Por outro lado, mesmo sem o respaldo de algum político ou policial amigo, não faltavam atividades clandestinas na Ladeira da Praça – foi ali mesmo que os malês planejaram a revolta. Desordens de todo tipo, não só de africanos, rondavam o casario, o quartel e as quitandas.

Em 7 de novembro de 1837, estourou outra revolta na cidade da Bahia, a Sabinada. Motivada em parte por sentimentos políticos liberais no

110 Jorge Godinho, “O crime de exploração ilícita de jogos de fortuna ou azar (art. 108.º da lei do jogo)”, *Jurismat: Revista Jurídica*, n. 19 (2024), pp. 201-204, [↗](#). Durante o Império, contudo, o código penal de 1830 (Parte 4, cap. 1, Art. 281) dava autonomia às Câmaras Municipais definir quais jogos seriam proibidos. Cf. *Código criminal do Imperio do Brazil*, [↗](#).

111 Cf. Manoel Nascimento, “Encruzilhadas da disciplina: explorando os cruzamentos entre legislação escravista, usos do espaço urbano e conflitos sociais na cidade de Salvador do século XIX”, texto inédito, p. 10 [↗](#).

112 Ver, por exemplo, *O Alabama*, 19 mai. 1864, p. 1; 27 ago. 1864, p. 2; 14 fev. 1865, p. 1. Ainda faltam estudos sobre casas de jogos na Bahia imperial, mas para análises do fenômeno no início da República, ver Igor Antonio Santiago Soares, “A jogatina desenfreada: trabalho, lazer e sociabilidades em Salvador, 1890-1920”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019, [↗](#); e Clementina Pereira Cunha, “*Não tá sopa*”: *sambas e sambistas no Rio de Janeiro, de 1890 a 1930*, Campinas: Editora Unicamp, 2015.

contexto de estruturação do Estado nacional, o levante ganhou força pela adesão de militares insatisfeitos com mudanças introduzidas nas forças armadas pelo governo imperial.¹¹³ Novamente a vizinhança da Palma foi palco de atividade insurgente, em parte pela proximidade dos quartéis e pelo número de militares ali residentes. O quartel da Palma, praticamente ao lado da casa onde Luiz Gama nasceu, foi mencionado com frequência nos depoimentos das testemunhas, inclusive do comandante militar dos rebeldes, Daniel Gomes de Freitas, ele mesmo nascido e batizado na freguesia de Santana.¹¹⁴ Alguns professores do novo Liceu Provincial, recentemente instalado no antigo Convento da Palma, apoiaram os rebeldes e vários atores destacados moravam nas adjacências, tanto antagonistas quanto protagonistas. Dois moradores do Gravatá, Manoel da Rocha Galvão e Antônio de Souza Vieira Jr., foram “os primeiros denunciadores do movimento”.¹¹⁵

Contudo, o vizinho mais envolvido foi o médico Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, de quem veio o nome Sabinada.¹¹⁶ Filho do advogado e cavaleiro da Ordem de Cristo, João Manoel Vieira da Fonseca, Sabino morava desde a infância num sobrado na rua do

113 Hendrik Kraay, “As Terrifying as Unexpected: The Bahian Sabinada, 1837-1838”, *Hispanic American Historical Review*, v. 72, n. 4 (1992), pp. 508-513, .

114 Paulo Cesar de Souza, *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 37, 38, 195; Daniel Gomes de Freitas, “Narrativa de sucessos da Sabinada”, in *A revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada): Publicações do Arquivo do Estado da Bahia*, v. 1, Salvador: Escola Tipográfica Salesiana), pp. 261- 333, 274, 276, 298, 300, 310, ; Hendrik Kraay, “Daniel Gomes de Freitas: um oficial rebelde do Exército Imperial Brasileiro”, *Politéia: História e Sociedade*, v. 4, n. 1 (2004), p. 136, .

115 Cf. Francisco Vicente Vianna, “A Sabinada: história da revolta da Cidade da Bahia em 1837” in *A revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada)*, v. 1, pp. 129-130, ; Souza, *A Sabinada*, pp. 36, 56; Luiz Viana Filho, *A Sabinada (A República Baiana de 1837)*, Salvador: Edufba, 2008, p. 66. Genro da ex-senhora de Elesbão do Carmo, Antônio de Souza Vieira redigiu algumas cartas de liberdade para cativos de Elesbão e da sua família. Ver, por exemplo, APEB, LN 234, fls. 233v-234, *Liberdade de Catharina nagô*, 12 nov. 1836.

116 Viana, *A Sabinada*, p. 74. Apesar de os estudiosos do assunto concordarem sobre o nome da rua, há divergências sobre o número da casa. O certo parece ser o número 25, que faz esquina com a Ladeira do Castanheda, segundo Braz do Amaral, *apud* Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto, “O Tribunal da Relação da Bahia e a Sabinada – Teixeira de Freitas é nomeado juiz na República Bahiense”, 2023, .

Castanheda, poucos passos do largo da Palma.¹¹⁷ Seguramente conhecia tanto o padre José Francisco da Costa Nogueira como sua prima, Maria Rosa de Jesus, bem como o sobrinho desta, Antonio Agostinho e, quiçá, o guri pardo que ela forrou, filho do sobrinho com a negra Luiza. É possível que tenha sido o próprio Dr. Sabino que cuidou de Maria Rosa durante a enfermidade de que padecia nos últimos meses da sua vida.

De acordo com Luiz Gama, o pai “foi revolucionário em 1837”.¹¹⁸ Entretanto, não encontramos indícios disso. Antonio Agostinho Carlos Pinto da Gama não consta entre os mais de cem assinantes das atas revolucionárias publicadas em novembro de 1837 e tampouco foi citado como réu ou mesmo como testemunha na devassa que se seguiu à derrota. Na verdade, a documentação sugere que durante a rebelião a preocupação principal de Antonio Agostinho fosse a venda dos imóveis deixados pela tia. Por outro lado, ao contrário de muita gente que não apoiava a rebelião, Antônio Agostinho não fugiu para Itaparica, onde seus pais moravam e onde o governo expulso pelos rebeldes se instalou. Teria ele ficado na cidade por algum sentimento político a favor dos sabinos? Ou havia tensões com os pais, decorrentes dos prejuízos que as dívidas do filho lhes causavam? Ou teria sido uma decisão puramente prática, pela dificuldade de vender suas propriedades se não estivesse presente?

Qualquer que tenha sido o motivo para permanecer na cidade, na venda de alguns imóveis, Antônio Agostinho teve sabinos como compradores. Em meados de dezembro de 1837, ele vendeu as duas casas térreas a certo João Izidro de Souza pela bagatela de 100\$000 réis. Cirurgião ajudante do primeiro regimento de artilharia da segunda linha das forças rebeldes, Souza tinha sido promovido, há poucos dias, a segundo tenente

117 ACMS, Freguesia de Itaparica, Casamentos 1818-1906, fls. 25-25v, *Francisco Sabino da Rocha Vieira e Joaquina Gonçalves Mendes*, 9 mai. 1825; AHU/ECA/BA, Cx. 92, docs. 17.753, *Batismo de Francisco*, 8 dez. 1796, anexo ao doc. 17.719, *Requerimento de João Manoel Vieira da Fonseca a D. Rodrigo de Souza Coutinho*, 22 out. 1797; APEB, LN 157 fls. 235-236, *Escritura de patrimônio que faz João Manoel Vieira da Fonseca*, 1808; Souza, *A Sabinada*, pp. 48-52.

118 Gama, “Carta”, p. 62.

por ordem do comandante das armas.¹¹⁹ Quase um ano depois do controle da sublevação, Antônio Agostinho vendeu o sobrado em que morava ao comerciante Manoel Alves Fernandes Sucupira, velho patriota da independência que tinha apoiado a causa dos sabinos.¹²⁰ Morando assim no olho do furacão, rodeado por soldados engajados na causa e outra gente empenhada na rebelião, não há dúvida de que, mesmo sendo um menininho de seis anos, Luiz Gama tenha escutado conversas do pai com os vizinhos, quem sabe com o próprio Sabino. Decerto, a conjuntura política – que provavelmente pesava na decisão de vender ou hipotecar – surgia quando Antonio Agostinho conversava com possíveis compradores.

Quanto às hipotecas feitas antes da Sabinada, Antônio Agostinho se deu mal com o prazo para resgatá-las. É possível que suas dívidas de jogos estivessem aumentando, mas a situação econômica na cidade em convulsão também não era nada fácil. Estava sitiada pelas forças leais ao governo, o que causava caos no comércio e inflação no preço de alimentos.¹²¹ Em março de 1838, poucas semanas antes do fim da rebelião, com o iminente vencimento do prazo da hipoteca, Antônio Agostinho Carlos vendeu o primeiro sobrado hipotecado à credora, em troca de mais 300 mil réis.¹²²

Em 1839, pouco depois de vender o sobrado onde morava e onde seu filho Luiz nasceu, ao comerciante Sucupira, Antônio Agostinho ficou doente. Não temos notícias do tipo de doença, mas deve ter sido bem sério, pois chamou um padre que conhecia e duas outras pessoas para servir de testemunhas e fez cartas de liberdade condicional para duas cativas suas.

119 APEB, LN 257, fls. 225-225v, *Escritura de venda que faz Antonio Agostinho Carlos Pinto da Gama*, 16 dez. 1837; “Ordem do dia n. 684 de 1º de dezembro de 1837”, BN/HDB, *Sete de Novembro*, 14 dez. 1837, p. 3.

120 APEB, LN 262 fls. 85v-86v, *Escritura de venda que faz Antonio Agostinho Carlos Pinto da Gama*, 27 fev. 1839; Souza, *A Sabinada*, p. 83; A.V. A. Sacramento Blacke, “Ainda a revolução da Bahia de 7 de novembro de 1837 e o Dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira” in *A revolução de 7 de novembro de 1837 (Sabinada): Publicações do Arquivo do Estado da Bahia*, v. 1, Salvador: Escola Tipográfica Salesiana, p. 69.

121 Souza, *A Sabinada*, pp. 82-83.

122 APEB, LN 256 fls. 84v-85v, *Escritura de venda que faz Antônio Agostinho Carlos Pinto da Gama*, 2 mar. 1838. Não encontramos rastros do pagamento da outra hipoteca, tampouco da venda do imóvel.

Uma era uma menininha crioula chamada Adelaide, provavelmente filha de Maria, escravizada pelos pais de Antonio Agostinho. A outra era Ana, de nação nagô, herdada da tia.¹²³ Aparentemente, elas eram as únicas escravizadas que ainda viviam sob seu domínio. E Luiza? Como Ana, a mãe de Luiz também se tornou propriedade de Antônio Agostinho depois da morte da senhora. Mas evidentemente até 15 de abril de 1839, quando Antonio Agostinho redigiu as cartas de Ana e Adelaide, Luiza não fazia mais parte do grupo doméstico.

Na verdade, depois do testamento de Maria Rosa de Jesus, feito em junho de 1837, não há mais rastros documentais de Luiza, o que sugere que, como o filho bem lembrava, ela saiu do domínio de Antônio Agostinho “depois da revolução do Dr. Sabino”.¹²⁴ Hoje em dia, tornou-se praticamente senso comum de que, além de participar da revolta dos Malês, Luiza Mahin tivesse ainda se envolvido na Sabinada, fugindo da Bahia em decorrência do fracasso da rebelião.¹²⁵ Já comentamos a falta de evidências de sua participação na revolta de 1835. Tampouco há indícios que apoiem a ideia de envolvimento na Sabinada. Os sabinos chegaram a oferecer alforria a escravos que se juntassem à causa, mas a promessa de liberdade foi limitada a “escravos da terra”, especificamente aqueles capazes de pegar em armas, ou seja, homens.¹²⁶ Não cogitaram incluir cativos africanos. Para que uma escravizados nagô iria se envolver? Ademais, na devassa após a rebelião, não se menciona sequer uma mulher da terra, muito menos africana.

Teria Luiza simplesmente fugido de Antônio Agostinho, aproveitando-se da desordem rebelde, abandonando o filho à própria sorte? Ou teria sido vendida clandestinamente por ele, para cobrir as dívidas e ocultando

123 APEB, Autos cíveis, 46/1636/4, fl. 3, *Libelo cível de Antônio Agostinho Carlos Pinto da Gama contra Ana nagô*, 1841-1843, fl. 3.

124 Gama, “Carta”, p. 61.

125 Essa ideia foi levantada primeiro por Mennucci e hoje encontra-se disseminada em textos acadêmicos, governamentais e dos movimentos sociais. Cf. Mennucci, *O precursor*, p. 40; Dorothy B. Porter, “The Negro in the Brazilian Abolition Movement”, *Journal of Negro History*, v. 37, n. 1 (1952), p. 59, doi.org/10.2307/2715876; Fundação Cultural Palmares, “Personalidades Negras – Luísa Mahin”, 17 jul. 2023, [📄](#); e “Biografias de mulheres africanas: Luiza Mahin”, UFRGS, 2021 [📄](#), entre outros.

126 Souza, *A Sabinada*, pp. 88-89; Kraay, “As Terrifying”, p. 518.

a venda do filho de seis anos que chorava a ausência repentina da mãe? Como veremos, não seria surpreendente, diante da rede de jogos, dívidas e trapaças que tramou o destino de Luiz Gama para longe da Bahia.

Desavenças e traições

A morte não levou Antônio Agostinho naquela ocasião. Ele ainda teria mais de uma década de vida pela frente.¹²⁷ Contudo, com quase todo o patrimônio liquidado, já não tinha mais onde morar na cidade. Mudou-se para Itaparica, levando o filho e as cativas Ana e Adelaide. Talvez eles tivessem sido recebidos por Agostinho Carlos, que já era viúvo: a mãe de Antonio Agostinho tinha morrido há alguns meses.¹²⁸ Na memória de Gama, o pai era “apaixonado pela diversão da pesca e da caça, muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas”.¹²⁹ É provável que essas memórias remontassem ao ano que morava na ilha, que encerrou precipitadamente no final de 1840, com seu embarque forçado para o Rio de Janeiro. Esparsamente habitada, Itaparica era lugar de fazendas e pescadores. O maior núcleo populacional era uma vila homônima, onde a família de Antonio Agostinho era radicada desde os tempos do sargento-mor. Por volta de 1835, quando o tráfico ilegal estava ganhando força, a ilha se tornou lugar de desembarque clandestino de gente escravizada.¹³⁰

127 ACMS, Santana, Óbitos 1847-1860, fl. 151v, *Antônio Agostinho Carlos*, 21 mai. 1852. Consta no registro que a causa de morte foi phtysica [tuberculose], que ele era morador da freguesia e que exercia a função de cabo de esquadra da polícia. Não localizamos dados sobre seu ingresso no corpo policial.

128 ACMS, Itaparica, Óbitos 1836-1854, fl. 11, *Maria Rosa de Lima*, 11 set. 1838.

129 Gama, “Carta”, p. 62.

130 Wellington Castellucci, “No entorno de Todos os Santos: tráfico ilegal e revoltas escravas no Recôncavo (Bahia: 1831–1850)” in Carlos Caroso, Fatima Tavares e Claudio Pereira, (orgs.), *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos* (Salvador: Edufba, 2011), pp. 104-127 [↗](#); Luciana da Cruz Brito, *Temores da África: segurança, legislação e população africana na Bahia oitocentista*, Salvador: Edufba, 2016, pp. 123-126; Verger, *Fluxo e refluxo*, pp. 496-497, 504-505, 507. Ao discutir o caso do brigue *Dido*, que desembarcou 570 cativos na Bahia em 1837, Verger identifica o local como Itapoan, mas na fonte citada por ele o lugar que consta é Itaparica. Cf. British

Nas ruas da vila, Luiz Gama seguramente ouvia sussurros sobre a chegada de tumbeiros e os lugares onde os africanos eram ocultados.

Quando Antonio Agostinho chegou à ilha, ainda tinha que resolver a partilha dos bens da mãe. Eram modestos, mas a herança deve ter sido muito bem-vinda para o filho eternamente endividado. Num valor total de 1.894 mil réis, consistia numa fazenda em terras arrendadas, com um sítio nos fundos, cinco braças de terra na cidade e um terreno menor na vila de Santo Amaro. Havia ainda uma única escravizada, Maria, cujo valor não foi avaliado porque estava fugida.¹³¹ De acordo com a partilha oficializada em setembro de 1839, a fazenda foi dividida igualmente entre pai e filho, o sítio ficou com o primeiro e o segundo recebeu os terrenos.¹³²

Não encontramos notícias do que Antônio Agostinho fez com sua parte da fazenda. Mas não demorou para tentar vender os terrenos, começando com aquele na cidade, que tinha valor maior. Em março de 1840, ele deu uma procuração ao padre Manoel Ignacio Garcia, o mesmo que esteve presente durante a confecção das cartas de alforria de Ana e Adelaide. A venda foi concretizada, dois meses depois, por 58.000 mil réis.¹³³ Era um valor irrisório, em termos objetivos, mais ainda diante das despesas de Antonio Agostinho com farras e jogos. Seis meses depois, ele vendeu outro terreno, o último vestígio da herança da tia, embolsando outros 60 mil-réis.¹³⁴ Essa segunda transação foi finalizada, mais uma vez por procurador, no dia 5 de novembro, cinco dias antes da data que Luiz Gama lembrava de ter sido vendido pelo pai. Não há sombra de dúvida que a

Parliamentary Papers on the Slave Trade, Correspondence with Foreign Powers Not Parties to Conventions, 1839-40 (Class D), No. 159, *Fox to Palmerston*, Washington, 29 out. 1839, anexo a *Fox to Forsyth*, Washington, 29 out. 1839, p. 166. Agradecemos a Kristin Mann pela identificação desse documento.

131 APEB, Inventários 04/1540/2009/05, fls. 3-4v, *Partilha amigável de Maria Rosa de Lima*, 1839. Localizada no distrito da Misericórdia, a fazenda provavelmente estava na família desde os tempos do sargento-mor.

132 APEB, *Partilha amigável*, fls. 3-4v.

133 APEB, LN 268, fls. 183-183v, *Escritura de venda que faz Antonio Agostinho Carlos Pinto da Gama*, 6 mai. 1840.

134 APEB, LN 268, fl. 230v-231v, *Escritura de venda que faz Antonio Agostinho Carlos Pinto da Gama*, 5 nov. 1840.

venda do filho se insere no quadro de dívidas incessantes e vendas apressadas de Antonio Agostinho.

Em transações que envolviam escravizados era preciso comprovar a posse legal por meio de documentos, como escrituras de compra, declarações do juiz de paz competente ou registros de batismo. Eis o provável motivo do batismo que Gama lembrava de ter acontecido na igreja matriz de Itaparica.¹³⁵ Já que seu batismo em Santana, ainda bebê, foi como forro, o assento original iria atrapalhar o negócio. Era necessário arrumar um outro documento de batismo, com a ajuda de um padre da confiança. Tudo leva a crer que o comparsa tenha sido nosso conhecido padre Manoel Ignacio Garcia, que era morador de Itaparica desde a infância de Antonio Agostinho.¹³⁶ Depois de ser ordenado, Manoel Ignacio voltou a morar na vila e entre 1838 e 1839 oficiava eventualmente em batismos realizados na igreja matriz, justamente onde Gama lembrava ter sido batizado.¹³⁷

A trambicagem envolvida na falsificação do sacramento é a explicação mais provável para a ausência do registro no livro de batizados da freguesia. Provavelmente, o padre entregou um documento original a Antonio Agostinho, mas “esqueceu” de dar entrada no livro paroquial, uma astúcia comum nos tempos do tráfico ilegal. O batismo de Luiz foi um de muitos que não chegaram a ser incluídos nos registros oficiais da ilha. Entre 1835 e 1840, grandes números de africanos desembarcaram em Itaparica, na calada da noite. Entretanto, nos livros paroquiais da ilha para este período quase não há batismos de africanos.¹³⁸ O padre Manoel Ignacio posteriormente se tornou vigário da remota freguesia de Maraú,

135 Gama, “Carta”, p. 60.

136 AMC, Itaparica, *Relação de foreiros da Casa de Niza na Ilha de Itaparica, 1801-1834*, fl. 29. Agradecemos a Felipe Brito pelo acesso a esse documento.

137 ACMS, Itaparica, Batismos 1815-1840, fls. 86, 86v, 88v, 89, 92v, 93, 93v.

138 Em 1834, foram quatorze batismos de africanos; em 1835, 28 (sem contar os 121 batizados apenas no mês de novembro, em consequência as novas regras impostas pelo governo depois da revolta dos malês); entre 1836 e 1839, 5; e três em 1840. ACMS. Itaparica, Batismos 1815-1840; Batismos 1840-1862. Para um caso semelhante envolvendo a emissão de uma certidão de batismo falsa ver Luis Nicolau Parés, *Joaquim de Almeida: a história do africano traficado que se tornou traficante de africanos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2023, pp. 86-87.

outro notório lugar de desembarque clandestino de escravizados, onde os traficantes contavam com a colaboração de padres locais. Não seria surpreendente se estivesse entre eles o vigário Manoel Ignacio.¹³⁹

Além de ser pai de Luiz, Antônio Agostinho era também padrinho e tutor, responsável pela educação do menino até sua maioridade. Reduzir o filho à escravidão foi, portanto, uma traição tríplice. Mas não foi a única vez que Antonio Agostinho abusou de seu poder sobre pessoas que viviam sob seu domínio. Abriremos um parêntese para examinar o caso das escravizadas Ana e Adelaide. Apesar de assinar em abril de 1839 as cartas de liberdade condicional, Antonio Agostinho não registrou os documentos no cartório, preservando a possibilidade de voltar atrás e negar a liberdade prometida.¹⁴⁰ A venda de Luiz, que nem escravo era, deixou claro para Ana a fragilidade da sua situação. Seu preço de mercado era muito maior que Adelaide, uma menininha de quatro anos. Se não existisse a carta de liberdade, Ana seria o principal patrimônio que restava a seu senhor.

Pois bem. Como era de se prever, depois da venda de Luiz em novembro de 1840, não demorou para Antonio Agostinho precisar de dinheiro novamente. Calculando bem o risco que corria, Ana traçou um plano para assegurar seu destino. No final de setembro de 1841, pediu permissão ao senhor para ir à cidade, aproveitando para pegar sua carta do lugar onde o senhor a guardava e levar ao tabelião. Depois de registrar, não arriscou abrir mão do original. Entregou à sua madrinha para guardar.¹⁴¹ Antonio Agostinho só percebeu a ausência da carta quase dois meses depois, às vésperas de assinar uma hipoteca. Não há dúvida de que a garantia pretendida era Ana. Mas, com a carta de liberdade registrada, teve que usar outros bens para segurar o valor do empréstimo: o segundo terreno que herdou da mãe e a pequena Adelaide, ocultando

139 APEB, *Inventário de Manoel Ignacio Garcia*, 5/1847/2318/1, 1848; Tadeu Caíres Silva, “Memórias do tráfico ilegal de escravos nas ações de liberdade: Bahia, 1885-1888”, *Afro-Ásia*, n. 35 (2007), pp. 46-47, 60-63 e ss, doi.org/10.9771/aa.v0i35.21126.

140 APEB, *Libelo cível de Antônio Agostinho*, fls. 3, 6v.

141 APEB, LN 270, fl. 79, *Liberdade de Ana nagô*. Emitida em 15 abr. 1839, a carta foi registrada em 1 out. 1841.

do credor que a menina era liberta condicional. Com o empréstimo fechado, no mesmo dia Antonio Agostinho mandou prender Ana e ainda abriu um processo contra ela. Alegou que levar a carta ao tabelião foi um furto que se enquadrava como desobediência e ingratidão, invalidando assim a liberdade concedida.¹⁴² Em resposta, Ana retrucou que não tinha furtado nada, pois o próprio senhor lhe tinha mostrado a carta várias vezes, dizendo que podia levá-la ao cartório.¹⁴³

O caso se arrastou até o final de 1843, mas o juiz não acatou a lógica do senhor. Deu razão a Ana, condenando Antônio Agostinho a arcar com as custas do processo, mas ao mesmo tempo reiterando que Ana ainda tinha que cumprir a condição imposta na carta: de servir o senhor até sua morte.¹⁴⁴ Como Antonio Agostinho viveu até 1852, Ana tinha mais nove anos de cativeiro efetivo pela frente. Depois do processo, a convivência entre os dois deve ter sido bem pesada. A história de Ana fortalece a ideia de que o sumiço de Luiza seja resultante de uma trapaça de Antonio Agostinho, e ainda contextualiza outro conluio – a redução do próprio filho à escravidão.

De acordo com a memória de Luiz Gama, foi no dia 10 de novembro de 1840 que o pai o vendeu.¹⁴⁵ Como vimos acima, cinco dias antes, Antônio Agostinho tinha vendido um terreno por 60 mil-réis. Nessa transação, Antonio Agostinho não saiu de Itaparica, utilizou um procurador. Contudo, para efetuar a venda do filho, Antônio Agostinho aparentemente se deslocou para a cidade: segundo Gama, tanto o pai quanto Quintella estavam presentes durante a transação, que ocorreu a bordo do patacho que o levaria para o Rio de Janeiro.¹⁴⁶ A venda do filho era mais lucrativa do que aquela do terreno: o preço de uma criança escravizada naquele período estava em torno de

142 APEB, *Libelo cível de Antonio Agostinho*, fls. 14v-15; APEB, Autos cíveis 15/505/07, *Libelo cível de Luis Manoel de Freitas Guimarães contra Antonio Agostinho Pinto da Gama* (1844-1847), fl.7. Agradecemos a Felipe Brito por compartilhar este último processo.

143 APEB, *Libelo cível de Antonio Agostinho*, fls. 19v-20v, 24, 26-30.

144 APEB, *Libelo cível de Antonio Agostinho*, fls. 24, 26-30, 84v-86v.

145 Gama, “Carta”, pp. 62-63.

146 Gama, “Carta”, p. 63.

107 mil-réis.¹⁴⁷ Mas já que Luiz foi escravizado ilegalmente, era melhor vende-lo para longe, para reduzir o risco de ser descoberto. O tráfico inter-provincial já estava em fase de crescimento e no distrito comercial da Cidade da Bahia havia comerciantes especializados nesse mercado, a julgar pelos anúncios nos jornais.¹⁴⁸ Esse era, portanto, o caminho mais fácil.¹⁴⁹

Gama lembrava o nome do patacho que o transportou, *Saraiva*, o qual consta com frequência nos jornais da época. O navio fazia a rota Rio de Janeiro-Bahia regularmente desde 1839.¹⁵⁰ O dono, o português José Pereira Saraiva, atuava também como mestre e tinha parceria com o também português Joaquim Vieira da Cunha, que organizava o carregamento e os passageiros saindo do Rio de Janeiro, onde morava. Quando o navio zarpava da Bahia, uma empresa baiana, Ramos Soares e Companhia, com loja próxima ao porto, cuidava da venda de espaço para carga e passageiros.¹⁵¹ Nas várias viagens ao Rio em 1839, o navio levou produtos como madeira, piaçava e palha. Mas a partir de 1840, o *Saraiva* passou a levar também cativos.¹⁵²

147 Maria José de Souza Andrade, *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*, Salvador: Corrupio, 1988, p. 211.

148 BN/HDB, *Correio Mercantil* (BA), 20 jun. 1839, p. 4, ; 11 abr. 1840, p. 4, ; 7 jul. 1840, p. 4, ; 5 nov. 1840, p. 3, ; 10 nov. 1840, p. 4, .

149 Alguns pesquisadores já relacionaram a viagem forçada de Gama ao Rio de Janeiro com a conjuntura do tráfico interprovincial. Ver Ricardo Tadeu Caires da Silva, “Caminhos e descaminhos da abolição: escravos, senhores e direitos nas últimas décadas da escravidão (Bahia, 1850-1888)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007, p. 59, ; e Maria Helena Machado, “Sendo cativo nas ruas: a escravidão urbana na cidade de São Paulo” in Paula Porta (org.), *História da cidade de São Paulo* (São Paulo: Paz e Terra, 2004), pp. 59-99, .

150 Gama, “Carta”, p. 63; BN/HDB, *Jornal do Commercio* (RJ), 30 jan. 1839, p. 4, ; 3 abr. 1839, p. 4, ; 5-6 mai. 1839, p. 3, ; 2 ago. 1839, p. 4, ; 17 set. 1839, p. 4, ; 21 nov. 1839, p. 4, ; 7 jan. 1840, p. 4, ; 1 mai. 1840, p. 4, ; 23 jul. 1840, p. 4, ; 15 set. 1840, p. 4, ; 22 nov. 1840, p. 4, .

151 BN/HDB, *Diário do Rio de Janeiro* (RJ), 4 set. 1839, p. 3, ; 5 ago. 1840, p. 3; *Correio Mercantil* (BA), 21 fev. 1839, p. 4, ; 3 jun. 1840, p. 4, ; 27 out. 1840, p. 4, ; 31 out. 1840, p. 4, . Sobre o tráfico interprovincial na Cidade da Bahia, ver Valney Mascarenhas de Lima Filho, “Comércio e tráfico interprovincial de escravos em Salvador, 1840-1880”, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019, .

152 BN/HDB, *Jornal do Commercio*, 23 jul. 1840, p. 4, ; 22 nov. 1840, p. 4, ; *Diário do Rio de Janeiro*, 20 mar. 1840, p. 4, .

A viagem do *Saraiva* que levou Luiz Gama ao Rio foi a última daquele ano. Nas semanas anteriores ao embarque, o capitão do navio resolveu a papelada necessária. Em 28 de setembro, por exemplo, José Pereira Saraiva pediu um passaporte para o Rio de Janeiro para uma escravizada sua, provavelmente comprada há poucos dias. No mesmo dia, o senhor de outro cativo requereu um passaporte para o mesmo destino, informando que lá seria entregue a Joaquim Vieira da Cunha. Esses escravizados, Thereza e Antonio, ambos de nação nagô, seguramente embarcaram junto com Gama, bem como Jacinta, tapa, cativa do mesmo capitão Saraiva, cujo passaporte foi solicitado por ele na mesma semana.¹⁵³

Já que a venda de Luiz Gama aconteceu a bordo do navio, é muito provável que a pessoa que o comprou do pai fosse o capitão. Segundo Gama, o *Saraiva* zarpou da Bahia poucos dias depois, com muitos outros escravizados no porão.¹⁵⁴ No registro da chegada do *Saraiva* ao Rio, em 22 de novembro, consta que a viagem durou dez dias e que a carga incluía dezesseis escravos. Gama ainda lembrava que ao desembarcar, foi levado à casa de um português de nome Vieira. Era o já mencionado Joaquim Vieira da Cunha, parceiro no tráfico do capitão do *Saraiva*. Além de negociar escravos, Vieira da Cunha tinha uma loja de cera que ficava na rua do Sabão, esquina com a rua da Candelária, bem como Gama lembrava.¹⁵⁵

É evidente que quando decidiu contar sua trajetória de vida para Lúcio de Mendonça, Gama estava ciente do quanto podia confiar em sua memória. Longe de tratar de “verdades pueris”, como ele havia preocupado, impressiona o quanto as lembranças de um menino de apenas nove anos de idade,

153 APEB, Polícia, Correspondência 1829-1861, maço 6306, *José Pereira Saraiva ao chefe da polícia*, 28 set. 1840 e 26 set. 1840; *Francisco de São Francisco ao chefe da polícia*, 28 set. 1840.

154 Gama, “Carta”, p. 63.

155 BN/HDB, *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1844, p. 224 ; Gama, “Carta”, p. 63; Lima, *Luiz Gonzaga contra o Império*, p. 80.

que viveu em ambientes de convulsão política, na vizinhança de liberais insurgentes, trabalhadores africanos, assim como trapaceiros e jogadores contumazes como o seu pai, guardou lembranças familiares, além de eventos históricos que ocorreram ao seu redor. À medida que o patacho *Saraiva* foi se aproximando da baía de Guanabara, os acontecimentos que marcaram a vida de Gama têm sido mais bem documentados, embora ainda haja lacunas e aspectos importantes a serem explorados.

Entretanto, não é a fartura nem a ausência de informações históricas que têm constituído Luiz Gama e, especialmente, Luiza Mahin, como personagens no século XXI. O empreendimento de assegurar espaço na memória nacional para o “elemento africano” e seus “descendentes notáveis” no Brasil, como diria Manoel Querino, tem uma história secular que atravessa contextos e embates singulares.¹⁵⁶ Nos dias apressados de hoje, os movimentos sociais têm usado como estratégia política sublinhar o heroísmo de pessoas negras que enfrentaram, pela força de circunstâncias históricas e de suas convicções, lógicas de sujeição que ainda subsidiam as desigualdades sociorraciais na atualidade. A pesquisa histórica tem papel central nesta dinâmica. A documentação apresentada ao longo deste texto sobre o cotidiano vivido por Luiza Mahin e seu filho Luiz, na Bahia, constitui mais um passo na construção de um diálogo ponderado entre memória, mito e pesquisa documental para subsidiar ressignificações historiográficas e políticas sobre as experiências do negro e suas lutas insurgentes no Brasil.

Talvez o achado mais inusitado e doloroso seja a presença perniciosa da escravidão na primeira infância de Gama – através da mãe, de si mesmo até seu batismo ainda nenê e de outros cativos da família, como Ana e Adelaide. Essas evidências do peso do escravismo nos primeiros anos da vida de Luiz Gama representam uma ruptura com as narrativas que circulam sobre ele – inclusive a sequência de eventos relatada por ele mesmo na sua carta autobiográfica – que o retratam como sempre livre da escravidão até a traição do pai. Sua experiência pessoal com o cativo anterior à venda pelo

156 Manoel Querino, *Costumes Africanos no Brasil*, Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 1988, p. 122.

pai aparentemente não constava mais de sua memória consciente depois de adulto, pois, não foram mencionadas na sua carta autobiográfica. Contudo, é provável que esses acontecimentos permaneciam no seu subconsciente, influenciando, junto com o cativeiro que vivenciou a partir do embarque no *Saraiva*, sua futura aproximação ao abolicionismo.

Saidiya Hartman considera que o luto coletivo pelo passado escravista é, mais que nunca, crucial para a articulação de projetos políticos emancipatórios no mundo contemporâneo. Se assim o for, as relações operadas pela militância negra, entre o passado escravista e o presente, fazem parte da imaginação de um futuro ancorado em referências negras que são reconfiguradas e renascidas em diversos cenários de luta.¹⁵⁷ Neste movimento de reconfiguração política, têm sido atribuídas a Luiza Mahin ações, agenda e até mesmo representações fotográficas – tecnologia inexistente no período em que ela viveu – que buscam lhe assegurar um lugar de referência positiva para as lutas negras, mas que a forjam como produção ficcional, a-histórica, na tentativa de ultrapassar o que Hartman chama do “silêncio do arquivo”, ou seja, a dificuldade de encontrar documentos históricos sobre personagens negros. Que lacunas arquivísticas existem é inegável. Mas seus silêncios nem sempre são absolutos, como se pode notar no conjunto documental que apresentamos aqui.

O nosso esforço neste artigo demonstra as possibilidades da pesquisa empírica para a superação dos silêncios em torno de personagens negros importantes para a memória nacional, como Luiz Gama e Luiza Mahin. Nesse sentido, nossa metodologia se ampara na abordagem do campo da história social, cuja produção recente vem abrindo caminhos para a reconstrução das trajetórias de personagens e grupos cujos dilemas e projetos de vida foram marcadas pelas tramas da escravidão e das desigualdades raciais. Ao navegarmos em meio a fontes primárias da primeira metade do XIX, a memória social que nos é contemporânea e a carta autobiográfica de Luiz Gama, escrita em 1880 com o intuito de ser peça política no cenário

157 Saidiya Hartman, *Scenes of Subjection: Terror, Slavery, and Self-making in Nineteenth-century America*, New York: Oxford University Press, 1997, pp. 72-78.

abolicionista da época, transitamos entre temporalidades diferentes com problemas e contextos tão específicos, ainda que enredadas em estruturas tão profundas. Este exercício arriscado, apesar de necessariamente incompleto, faz parte do fascinante e fundamental fazer histórico.

Recebido em 11 mar. 2025

Aceito em 04 jun. 2025

doi: 10.9771/aa.v0i71.66332

Um dos personagens mais celebrados na memória afro-brasileira é o poeta, abolicionista e rábula baiano Luiz Gama. Sua obra e trajetória profissional têm sido tema de inúmeros trabalhos acadêmicos, mas até agora as únicas informações sobre sua infância vieram de uma carta autobiográfica escrita em 1880, dois anos antes da sua morte. O presente texto rompe o silêncio documental sobre seu tempo na Bahia, apresentando dados levantados por meio de extensiva pesquisa documental, em diálogo com as memórias apresentadas na sua carta e as narrativas que surgiram depois da sua morte. Começamos com a chegada ao Brasil de sua mãe, a legendária Luiza Mahin, arrancada de sua terra natal pelo tráfico ilegal. Em seguida, analisamos a família paterna, mostrando que as raízes se estendiam à vila de Santo Amaro da Purificação e à ilha de Itaparica. As experiências de infância de Gama são examinadas no contexto político da Cidade da Bahia na década de 1830, e a proximidade física da família aos acontecimentos da Revolta dos Malês e da Sabinada. O texto se encerra com a análise de documentos que confirmam as lembranças do futuro abolicionista sobre o envolvimento do progenitor em jogos de azar e a consequente liquidação de bens, o que culminou, em novembro de 1840, na redução do próprio filho à escravidão. Ao oferecer a primeira base empírica sobre as experiências de Luiz Gama na Bahia, matizamos suas lembranças, ao mesmo tempo problematizando a relação nem sempre estável entre a história e a memória de nossos tempos sobre personagens negros do tempo da escravidão.

Luiz Gama | Luiza Mahin | Memória Afro-Brasileira | Biografia | Abolicionismo

FAMILY, INSURGENCIES AND TRANSGRESSIONS: [RE]TRACING THE MEMORY AND HISTORY OF LUIZ GAMA IN BAHIA

Poet, abolitionist and self-taught lawyer, Luiz Gama is one of the most celebrated figures of Afro-Brazilian history. His writings and professional life have inspired numerous scholarly works, but thus far, information about his childhood has been limited to what he provided in a letter written in 1880, two years before his death. The present paper, based on extensive archival research presents the first empirical data about Gama's childhood in Bahia, in dialogue with the recollections given in his letter and narratives about him that arose after his death. The paper begins by examining the arrival in Brazil of his mother, the legendary Luiza Mahin, a victim of the illegal slave trade. The second section analyzes his father's family, tracing its roots to the town of Santo Amaro da Purificação and the island of Itaparica. In reconstructing Gama's childhood in the City of Bahia during the 1830s, we look at the family's physical proximity to insurgencies of the time, especially the Malê and Sabinada rebellions. We conclude by presenting evidence confirming Gama's memories about his father's involvement in gambling and the increasing debts that led him to sell off his property, finally reducing his own son to slavery in 1840. In addition to furnishing the first empirical basis for Gama's recollections

of his childhood in Bahia, the paper provides nuance and context to his memories, while also highlighting the unstable relationship between historical events and present-day narratives about the lives of legendary black leaders during the time of slavery.

Luiz Gama | Luiza Mahin | Afro-Brazilian Memory | Biography | Abolitionism